

REVISTA CIENTÍFICA Ciência em Curso

ISSN 2317-0077

volume 2, número 2, jul./dez. 2013

ISSN 2317-0077(eletrônica)

REVISTA CIENTÍFICA **Ciência em Curso**

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem
Universidade do Sul de Santa Catarina



Editora Unisul
Tubarão – SC

v. 2, n. 2, p. 73-134, jul./dez. 2013

Dados Postais/Mailing Address

Revista Científica Ciência em Curso
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem
Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)
A/C Editores
Av. Pedra Branca, 25 – Cidade Universitária Pedra Branca
CEP: 88.132-000, Palhoça, Santa Catarina, Brasil
cienciaemcurso@unisul.br

Ficha Catalográfica

Revista Científica Ciência em Curso/Universidade do Sul de Santa
Catarina. - v. 2, n. 2 (jul./dez/2013) - Palhoça: Ed. Unisul,
2000 -

Semestral
ISSN 2317-0077

1. Ciência - Periódicos. 2. Cultura - Periódicos. 3. Análise do
discurso-Periódicos. I. Universidade do Sul de Santa Catarina.

CDD 405

Elaborada pela Biblioteca Universitária da Unisul



Reitor

Sebastião Salésio Herdt

Vice-Reitor

Mauri Luiz Heerd

Chefe de Gabinete

Willian Corrêa Máximo

Secretária Geral da Unisul

Mirian Maria de Medeiros

Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa e Extensão

Mauri Luiz Heerd

Pró-Reitor de Operações e Serviços Acadêmicos

Valter Alves Schmitz Neto

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Luciano Rodrigues Marcelino

Assessor de Promoção e Inteligência Competitiva

Ildo Silva

Assessor Jurídico

Lester Marcantonio Camargo

Diretor do Campus Universitário de Tubarão

Heitor Wensing Júnior

Diretor do Campus Universitário da Grande Florianópolis

Hércules Nunes de Araújo

Diretor do Campus Universitário Unisul Virtual

Fabiano Ceretta

Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem

Fábio José Rauen (Coordenador)

Dilma Beatriz Rocha Juliano (Coordenadora Adjunta)

Av. José Acácio Moreira, 787

88704-900 – Tubarão - SC

Fone: (55) (48) 3621-3000 – Fax: (55) (48) 3621-3036

Sítio: www.unisul.br



Equipe Editorial/Editorial Staff

Editores/Editors

Ana Carolina Cernicchiaro
Giovanna G. Benedetto Flores
Nádia Régia Maffi Neckel
Solange Maria Leda Gallo

Secretária/Secretary

Alexandra Tagata Zatti – Bolsista Capes

Conselho editorial/Editorial board

Aldo Litaiff, Universidade do Sul de Santa Catarina
Alessandra Soares Brandão, Universidade do Sul de Santa Catarina
Amanda Eloina Scherer, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
Ana Josefina Ferrari, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Andréia da Silva Daltoé, Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil
Antonio Carlos Santos, Universidade do Sul de Santa Catarina
Bethania Sampaio Corrêa Mariani, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Carla Barbosa Moreira, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Carla Süssenbach, Universidade do Contestado, Brasil
Carme Regina Schons, Universidade de Passo Fundo, Brasil
Cármem Lucia Hernandez Agustini, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Carolina de Paula Machado, Universidade Federal de São Carlos, Brasil
Carolina María R. Zuccolillo, Universidade Estadual de Campinas, Brasil, Brasil
Carolina Padilha Fedatto, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, Brasil
Cláudia Maria Vasconcelos N. de Souza, Fundação Educandário Santarritense, Brasil
Claudia Regina Castellanos Pfeiffer, Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Cristiane Dias, Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Dantielli Assumpção Garcia, União das Faculdades dos Grandes Lagos, Brasil
Débora Raquel Hettwer Massmann, Universidade do Vale do Sapucaí, Brasil
Deisi Scunderlick Eloy de Farias, Universidade do Sul de Santa Catarina
Dilma Beatriz Rocha Juliano, Universidade do Sul de Santa Catarina
Ercília Ana Cazarin, Universidade Católica de Pelotas, Brasil
Fábio José Rauen, Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil
Fernando Vugman, Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil
Gilmar Luis Mazurkiewicz, Universidade do Contestado, Brasil
Heloisa Juncklaus Preis Moraes, Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil
Ismara Eliane Vidal de Souza Tasso, Universidade Estadual de Maringá, Brasil, Brasil
Jussara Bittencourt de Sá, Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil
Luiz Carlos Martins de Souza, Universidade Federal do Amazonas, Brasil
Maria Marta Furlanetto, Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil
Maurício Eugênio Maliska, Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil
Mônica Graciela Zoppi Fontana, Universidade Estadual de Campinas, Brasil, Brasil

Nadja de Carvalho Lamas, Universidade da Região de Joinville – Univille, Brasil
Ramayana Lira de Sousa, Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil
Sandro Braga, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Silmara Cristina Dela-Silva, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Simone de Mello de Oliveira, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
Suzy Lagazzi, Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Telma Domingues da Silva, Universidade do Vale do Sapucaí, Brasil

Equipe Técnica/Technical Team

Alexandra Tagata Zatti (Revisão)
Regina Aparecida Milléo de Paula (Revisão)
Fernando Vugman (Tradução)
Ana Carolina Cernicchiaro (Tradução)
Giovanna G. Benedetto Flores (Diagramação)



SUMÁRIO/CONTENTS

Apresentação/Presentation	81
Artigos de Pesquisa/Research Articles	
A mediação pedagógica no material didático no curso de especialização a distância Arteduca: arte, educação e tecnologias contemporâneas <i>Pedagogical mediation in didactic material of distance learning specialization course</i> <i>Arteduca: art, education and contemporary technologies</i>	
Gilmar Mazurkiewicz Katyúscia Sosnowski	83
A vida na obra: <i>O filho eterno</i> <i>The life in the work: The eternal son</i>	
Veridiana Almeida	91
“Ser cristão é muito louco”: das relações semânticas no texto panfletário <i>"To be a Christian is very crazy": semantic relationships in pamphleteer text</i>	
Daniella Amaral Débora Massmann	101
Discurso em imagem: verdade, fotografia-documentário e inventário do real <i>Discourse in image: truth, documentary photography and inventory of the real</i>	
Ismara Tasso	113
Identidade sociocultural do Planalto Norte catarinense: uma realidade (in)visível <i>Sociocultural identity in the North Plateau of Santa Catarina: (in)visible reality</i>	
Maria Luiza Milani	125
Resenha/Review	
As formas do silêncio: movimento dos sentidos <i>The forms of silence: in the movement of meaning</i>	
Guilherme Augusto Marques Cardoso	133





APRESENTAÇÃO/PRESENTATION

A *Revista Científica Ciência em Curso*, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), é uma publicação acadêmica aberta para a colaboração de pesquisadores de iniciação científica, mestrado, doutorado e docentes do Brasil e do exterior interessados em investigações e reflexões sobre a produção e circulação do conhecimento, problematizando o papel da cultura e da linguagem na sociedade contemporânea. A proposta é refletir, a partir das pesquisas em Ciências da Linguagem, sobre as condições de produção de ciência, cultura, tecnologia e mídia. Os trabalhos exploram os aspectos político, ético e/ou estético envolvidos nos processos de divulgação e circulação do conhecimento, do entretenimento e na produção dos diferentes discursos, sejam eles pedagógicos, jornalísticos, jurídicos, políticos, publicitários, artísticos, entre outros.

Os Editores.



A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NO MATERIAL DIDÁTICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO A DISTÂNCIA ARTEDEUCA: ARTE, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS CONTEMPORÂNEAS ¹

Gilmar Mazurkiewicz²
Katyúscia Sosnowski³

Resumo: Temos como objetivo, nesse texto, analisar o material didático disponibilizado no curso de especialização Arteduca – arte, educação e tecnologias contemporâneas (3ª edição- 2007) oferecido a distância, via internet, pela Universidade de Brasília. Destaca-se os tratamentos dados aos textos elaborados para o curso, tendo como referências os autores Gutierrez, Prieto, Sartori e Roesler. Sabe-se que não é possível simplesmente adaptar modelos presenciais para as propostas em educação a distância - EaD. É necessário o desenvolvimento de propostas que englobem e utilizem as particularidades das ferramentas, bem como que utilizem um tratamento e uma linguagem adequada, objetivando otimizar os resultados de aprendizado. Neste sentido, destacamos a mediação pedagógica do material didático do curso supracitado, disponibilizado no formato digital do ambiente virtual de aprendizagem da plataforma Moodle da Universidade de Brasília - UnB.

Palavras-chave: Material didático. Linguagem. EaD. Mediação pedagógica. Autoria.

INTRODUÇÃO

Não é exagero nenhum lembrar que os olhares mais atentos de educadores, administradores e empresários para a Educação a Distância (EaD) passaram realmente a brilhar a partir da década de 1990, quando a Internet passou a fazer parte dos programas de educação a distância.

De fato, o uso educacional da Internet, ganhou um fôlego maior com a Universidade Aberta do Brasil (UAB) em 2005. Desde que a Internet foi disponibilizada na década de 1990, alguns profissionais da educação começaram a se conscientizar do seu enorme potencial educativo. A tecnologia na qual a web foi baseada trazia em si, desde seus primórdios, a promessa de que grandes transformações poderiam ocorrer, como seu uso no meio educacional. Nesse cenário, as instituições e organismos de formação passaram a pôr em prática grupos de reflexão e de projetos; as universidades

¹ Publicado originalmente em: MAZURKIEVICZ, Gilmar; SONOWSKI, Katyúscia. "A mediação pedagógica no material didático do curso a distância de especialização Arteduca - Arte, Educação e Tecnologias Contemporâneas". In: MARMO, Alena Rizi; LAMAS, Nadja de Carvalho (Orgs.). Investigações sobre arte, cultura, educação e memória. Joinville: UNIVILLE, 2012, pp. 189-198.

² Doutor em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenador, professor e pesquisador de EAD da Universidade do Contestado (UnC/SC). Email: gilmar@cni.unc.br.

³ Mestre em Artes Visuais pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Autora do Plano de Educação do Município de Itapema (SC) sobre EaD (2009). Email: kaluhe@gmail.com



virtuais começaram a surgir no cenário da educação a distância. A indústria, as companhias telefônicas, de informática e os fornecedores de software multiplicaram a oferta de material e de dispositivos técnicos para auxiliar a EaD. A partir de então, previsões audaciosas começaram a ser feitas sobre o desenvolvimento da educação on-line e do uso das tecnologias digitais na educação. O grande desafio estava lançado: promover um ensino de qualidade e novos modelos pedagógicos, mediado por essas novas tecnologias.

Diante do fluxo intenso de informações, da passagem do modelo de sociedade industrial para sociedade do conhecimento, das necessidades de formação que decolaram com a integração das novas tecnologias, da necessidade de democratizar o ensino e oferecê-lo às pessoas que estão mais distantes dos centros urbanos, não se pode esperar que os modos formais e tradicionais de educação permaneçam inalterados e nossa universidade fique à margem nesse cenário. Temos antes que compreender a EaD não associada à situação de trânsito acima mencionada, mas como uma educação atual e de qualidade, o que incorpora as mudanças provocadas por este cenário de desenvolvimento tecnológico e social proporcionando uma transformação radical no conceito clássico de distância, até então de uma separação física entre o aluno, o professor e a instituição de ensino, para um conceito de aproximação virtual entre os agentes do processo de ensino-aprendizagem que então se estabelece.

A EaD, cujo mérito de difusão deve-se à Europa (França, Espanha, Inglaterra) com modelos educacionais levados para outros lugares pelos Centre National de Enseignement à Distance, Universidad Nacional de Educación a Distancia e Open University, vem se mostrando uma excelente alternativa para a formação inicial e continuada em todo o mundo. O ano de 2007 foi excepcional no que tange o crescimento da EaD no Brasil, foram dois milhões inscritos em cursos à distância segundo a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED). “Crescimento essencial diante de um país que ainda tem muito a fazer na questão educacional” (BIELSCHOWSKY, 2008, p.11).

Com a educação à distância o limite de espaço deixa de existir e as fronteiras se ampliam. Os pólos de apoio presenciais transformam-se em universidades. Tem-se por objetivo levar o conhecimento a um número maior de alunos, dando oportunidade e acesso à educação para aqueles que têm dificuldades de se integrar no sistema de ensino convencional (regime universitário regular ou especial) seja devido ao reduzido número de vagas e à dificuldade de locomoção para os grandes centros universitários, ou devido ao tempo disponível para frequentarem as classes tradicionais, entre diversas outras razões de âmbito individual. Segundo Litto:

O setor educacional que mais cresce mundialmente é o de aprendizagem à distância, uma abordagem bastante antiga, mas que está recebendo uma nova vida com a chegada das novas tecnologias de comunicação, com seu poder destabilizador, e com as novas exigências de capacitação humana numa sociedade de conhecimento (LITTO, 2003, p.2).



O avanço da EaD no Brasil tem levado as universidades à criarem cursos em diferentes níveis nessa modalidade. Instituições "de peso" já deram início ao processo interno para a estruturação necessária para novas graduações à distância. O rigor empregado pelo Ministério da Educação (MEC) e recentemente da CAPES, está levando as universidades a realizarem um trabalho cauteloso para que o curso seja aprovado.

Conforme definição do próprio Ministério da Educação: “a Educação a Distância é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino-aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos”. Essa definição está presente no Decreto 5.622, de 19/12/2005 (que revoga o Decreto 2.494/98), que regulamenta o art. 80 da Lei 9.394/96 (LDB). E referente à participação do aluno, conforme o disposto no artigo 4.º, incisos I e II, do Decreto 5.622, de 19/12/2005: “Art. 4.º A avaliação do desempenho do estudante para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas ou certificados dar-se-á no processo, mediante: I - cumprimento das atividades programadas; e II - realização de exames presenciais”.

A AUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Segundo Peters (2001), a Educação/Ensino a distância (*fernunterricht*) é um método racional de partilhar conhecimento, habilidades e atitudes, através da aplicação da divisão do trabalho e de princípios organizacionais, tanto quanto pelo uso extensivo de meios de comunicação, especialmente para o propósito de reproduzir materiais técnicos de alta qualidade, os quais tornam possível instruir um grande número de estudantes ao mesmo tempo, enquanto esses materiais durarem. É uma forma industrializada de ensinar e aprender. Outro autor que discorre sobre o tratamento dado aos materiais para EaD é Moore (2007). Ele salienta os métodos instrucionais onde as ações dos professores são executadas a parte das ações dos alunos. Porém, a comunicação entre o professor e o aluno deve ser facilitada por meios impressos, eletrônicos, mecânicos ou outros.

Conforme Sartori e Roesler (2005), nos ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), a mediação ocorre por meio de diversos dispositivos que viabilizam a comunicação, tanto síncrona como assíncrona, possibilitando a criação de diversas estratégias para favorecer o diálogo e a participação ativa dos estudantes. Segundo as autoras, o professor autor, ao contar uma história, não silencia a palavra do aluno, e sim o chama para participar da construção coletiva de significados. Sartori e Roesler também discorrem que os materiais escritos e produzidos para a EaD devem ser concebidos para que os envolvidos no processo ensino-aprendizagem saiam modificados, o “narrador” pela história que reviver e o “ouvinte” pela experiência que adquiriu [...]. Na EaD, a interação entre produtor e leitor é insistentemente perseguida,



seja por mediações tecnológicas, como com o material didático, ou humana no sistema tutorial.

Conforme Gutierrez e Prieto (1994), o material didático tem um papel fundamental para a construção do conhecimento na EaD via Internet, além de ser comum que, por seu intermédio, a maioria dos alunos estabeleça os primeiros contatos com o curso.

A diferença qualitativa presente no material didático está diretamente ligada aos recursos ou meios em que este é disponibilizado, bem como no tipo de projeto que o originou; ou seja, precisa estar estruturado sobre uma proposta pedagógica que compreenda a atividade educativa não sobre o ato de ensinar, mas sobre o ato de aprender.

Para viabilizar essa tarefa, há necessidade de substituir o modelo de educação tradicional utilizado há algumas décadas, caracterizado pelo predomínio da informação sobre a formação, por outro paradigma, centrado na ação educativa flexível, aberta e interativa, a partir do qual o aluno percorra o processo de aprendizagem de forma autônoma.

Embora a construção de uma proposta pedagógica em EaD tenha que considerar diversos aspectos que, conectados entre si, constituem um projeto pedagógico bem formado, o material didático é um ponto central na discussão de qualquer proposta de curso *online*. O docente pode conduzir o processo de mediação, na forma como organiza o material didático utilizado para auxiliar a mediação pedagógica. Não raro, o aluno de EaD, mesmo utilizando um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), constrói o conhecimento em uma relação mais próxima, tanto de tempo quanto de espaço, com o material didático do que com o docente. É o material didático que o acompanha, muitas vezes, o único ao qual o discente recorre para auxiliá-lo nos momentos mais cruciais do processo de aprendizagem. Por isso, o material deve focar nas premissas da dialogicidade, criticidade, flexibilidade, autonomia e convergência de mídias, ter sua raiz na compreensão de que, em EaD, o material didático é mais que um auxílio pedagógico, é um co-protagonista do processo, é um instrumento sobre o qual é depositada uma enorme parcela das responsabilidades pela efetividade das propostas pedagógicas em EaD.

Para Belloni (1999), a educação sempre utilizou a mediação de algum meio de comunicação como complemento ou apoio à ação do professor. A diferença, segundo ela, é que as tecnologias de mediação pedagógica do presencial (a sala de aula, o quadro negro, o giz, o livro e outros materiais) diferenciam-se daquelas da EaD porque a interação com o professor é indireta e muito mais dependente da mediatização. Mediatizar, para Belloni (1999), é adequar e traduzir o conteúdo das aulas para as características técnicas e as peculiaridades do meio técnico escolhido. A EaD, para Belloni (1999), usa a tecnologia como forma de mediatizar o processo de ensino e de aprendizagem.

Embora todo processo educativo seja mediatizado, visto que há necessidade de se “traduzir” as mensagens pedagógicas, a autora argumenta que a EaD tem que



potencializar as virtudes comunicacionais do meio técnico a ser utilizado, no sentido de oportunizar que o estudante possa realizar sua aprendizagem de modo autônomo e independente.

Segundo Gutierrez e Prieto (1994), em um processo de educação a distância alternativo, a forma de expressar o conteúdo deve ser organizada, acessível ao estudante e ilustrada. Neste momento, entra o *Designer* Instrucional que será um coautor, como também o diagramador, o *web designer*, entre outros; o material didático para EaD é caracterizado como um grande trabalho em equipe. É ao dar forma ao conteúdo que o autor poderá utilizar recursos expressivos, recursos de diagramação, tais como tipo de letras, de destaques, de cores, de imagens, etc. Para os autores citados, a mediação pedagógica ocorre no: “tratamento de conteúdos e das formas de expressão dos diferentes temas, a fim de tornar possível o ato educativo dentro do horizonte de uma educação concebida como participação, criatividade, expressividade e relacionalidade” (GUTIERREZ; PRIETO, 1994, p.62). Nesse sentido, para que o processo de ensino possa acontecer, é necessário que os especialistas em diversas áreas do conhecimento se disponham a explicitar em materiais didáticos estruturados e previamente "gravados" o conhecimento/conteúdo necessário tendo em vista uma necessidade de formação explicitada nos objetivos e assim distribuir esses conteúdos para um número considerável de alunos. Nasce assim, a figura do professor-autor, cujo papel é fazer um "recorte" do conhecimento em determinada área do saber que ele domina e, sob algumas condições tecno-metodológicas, apresentá-lo aos alunos.

O MATERIAL DIDÁTICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO ARTEДУCA

Observando todos estes fatores de gestão no material de um curso a distância, ressaltamos o curso de especialização – *Arteduca, Arte educação e tecnologias contemporâneas* (3ª oferta 2007) oferecido pela Universidade de Brasília (UnB), credenciada pelo MEC para a oferta de cursos a distância (Portaria MEC nº 4.055/2003). Curso esse que tem suas práticas efetivadas por meio de estratégias de aprendizagem em rede, fundamentadas na autoaprendizagem, em trabalhos colaborativos e na articulação dos estudos realizados no curso com a prática profissional dos próprios professores/alunos matriculados. As atividades são desenvolvidas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) do Grupo Arteduca, criado na plataforma Moodle⁴. Curso modular com carga horária de 600 horas, sendo 20% dessas presenciais. O curso está focado na formação de professores de qualquer área de conhecimento, que atuem na educação formal e se disponham a aplicar o projeto desenvolvido no curso em escolas da educação básica. Trata-se de um curso pago e o processo de ingresso é através de formulário eletrônico e envio do currículo, mais carta de intenções pelo site do Grupo Arteduca⁵. O programa do curso foi dividido em três etapas, sendo a primeira

⁴ <http://www.arteduca.unb.br>

⁵ <http://www.arteduca.unb.br>



de estratégias de aprendizagem a distância, a segunda, de módulos específicos da área de arte e educação e o terceiro, na elaboração de um projeto interdisciplinar que deve ser aplicado na educação básica, concluindo com a apresentação desse projeto em seminário presencial.

Todo o material didático do curso foi publicado digitalmente e disponibilizado sequencialmente, módulo a módulo no AVA, sem cobrança adicional aos participantes. Foram disponibilizados desde os estudos preliminares, que fazem parte de um processo seletivo, seguidos dos fundamentos do curso de educação em rede até os impressos dos estudos específicos, onde são abordados: epistemologia da arte-educação no Brasil; *Bauhaus*; construção de uma identidade nacional na educação; construção de uma síntese dialética; abordagens teórico-metodológicas aplicadas à arte-educação a distância; arte, comunicação e tecnologias; políticas públicas educacionais; arte e cultura popular, prática pedagógica na escola; tecnologias contemporâneas na escola; e, por fim, as orientações para o desenvolvimento do projeto interdisciplinar e do trabalho de conclusão de curso (TCC).

Analisando os textos de abertura de cada módulo, pode-se perceber o tratamento dado, como apontam Gutierrez e Prieto (1994). Foram observados tratamento no texto com base no tema, na aprendizagem e na forma e no conteúdo. Sobre o tratamento dado ao conteúdo pode-se destacar que os textos foram divididos em: introdução, desenvolvimento e conclusão. O primeiro módulo do curso apresentava uma visão global do curso, fundamentos, objetivos, metodologias utilizadas e texto dialogado, há diversas perguntas dentro do texto, recapitulação. Em seguida, um questionário de autoavaliação para que o professor/autor conheça o aluno e ele também se autoavaliar sobre seu perfil para aprender a distância. Apresenta conceitos tais como: “Vocês deverão compreender que só teremos sucesso em nossa empreitada de estudos, se conseguirmos adquirir uma postura de aprendizagem ao mesmo tempo autônoma e colaborativa” (CAMPELLO, 2006. p. 3).

Quanto ao tratamento na aprendizagem, ressaltado por Gutierrez e Prieto (1994), percebe-se que o texto apresentado, no módulo 2 e 3 da etapa 1 do curso, apresenta orientações de estudo, o papel do tutor como facilitador, análises de antecedentes das práticas, atividades de reflexão e produção textual. O professor/autor utiliza de ilustrações para que o estudante use a imaginação, ressignificando conceitos por meio da metáfora do andarilho de *kipnis*, do segundo dilúvio, previsto por Ascott e usado por Levy. Propondo, posteriormente, uma atividade de experiências prévias. No módulo seguinte, uma nova autora que retoma a ilustração, transformando o andarilho em piloto, e o barco, em nave, acrescentando à narrativa a necessidade de uma carta náutica. Dando sequência, no módulo 4, a autora discorre “[...] embarcaremos numa nave mais ágil e rápida” referindo-se ao *Moodle* pois, até então, os cursistas estavam no AVA do *E-proinfo*.



Sobre o tratamento dado na forma, pode-se observar que cada módulo tem aproximadamente 10 páginas, todos possuem uma ilustração na primeira página, sendo diferenciadas entre si, grifos em palavras-chave, gráficos, notas de rodapé.

Os autores do material didático do curso são professores da Universidade de Brasília e também convidados que, após disponibilizarem o material, participaram diretamente das discussões com os cursistas em fóruns e *chats* agendados previamente.

Analisando as interações feitas em cinco dos fóruns de discussão durante o curso, percebemos que os textos foram amplamente discutidos entre alunos, tutores e professores autores, o tempo foi de aproximadamente 15 dias para leitura e discussão. Através do diálogo, rompe-se com um ensino meramente expositivo que pode levar a uma atitude apenas receptiva.

Segundo Peters (2001, p.79), um método de ensino expositivo-entregador pode, no máximo, produzir uma aprendizagem no sentido de apropriar-se, de guardar na memória e de reproduzir o saber quando desafiado. Mas o que é desejável é a capacidade de um pensar crítico autônomo.

Em pesquisa de estado da arte, feita nos principais eventos de educação e educação a distância no País, acerca da temática da autoria, nos últimos anos (2002 – 2007), foram encontrados 41 artigos que tratavam sobre esse assunto. Em 20% deles encontram-se temas relacionados a críticas referentes à falta de tratamento sobre material específico para EaD.

CONSIDERAÇÕES

Estatísticas demonstram que alunos que se matriculam em cursos a distância sem conhecer o conteúdo e sem expectativas em relação ao curso, tendem a desistir com facilidade. O curso, ao apresentar o conteúdo de uma forma motivadora, interessante, objetiva e contar com o acompanhamento sistemático do professor e dos tutores, colabora para o não abandono do aluno.

Torna-se pertinente, nesse modelo de EaD via Internet, que o professor se converta em um verdadeiro animador, apresentando o curso de uma maneira lúdica, criativa e propiciando a interação contínua entre todos os envolvidos. Para tanto, o professor necessita utilizar todos os recursos de interação possível, entre eles, o fórum de discussão, o *chat* e as listas de emails, para que os participantes troquem ideias, estabeleçam relações. Além deste aspecto, é necessário tornar a interface do curso agradável, atrativa. Nesse sentido, podemos concluir que a interação entre alunos e professores foi amplamente efetuada através das ferramentas disponíveis, utilizando o ambiente de aprendizagem virtual *Moodle*. O diálogo promovido pelo material didático foi amplamente utilizado no curso analisado, reduzindo a distância entre os participantes que conviveram dois anos estudando a distância, com pouca evasão comparado a outros cursos de especialização nessa modalidade.

Peters (2001) destaca a importância quanto à estrutura do curso e à manipulação



dos meios de comunicação, ele destaca que é possível ampliar o diálogo e reduzir a distância transacional. No curso Arteduca, a mediação via Internet e material didático permitiu uma interação ampla, participativa e comprometida dos participantes.

REFERÊNCIAS

- ABRAEAD. *Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância*. São Paulo: Instituto Monitor, 2008.
- BARRETO, Lina Sandra. "A teoria da distância transacional, a autonomia do aluno e o papel do professor na perspectiva de Moore: um breve comentário". *Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância*. ABED, 2002. Disponível em: <http://www.abed.org.br/revistacientifica/_English/cartas_editor/documentos/teoria_distancia.htm>. Acesso em: março de 2009.
- BELLONI, Maria Luiza. *Educação à Distância*. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.
- GUTIERREZ, Francisco; PRIETO, Daniel. *A mediação pedagógica: a educação a distancia alternativa*. São Paulo, Papyrus 1994.
- PETERS, Otto. *Didática do ensino a distância*. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2001.
- SANTOS, Wanderley Alves dos. "Ensino de Arte na modalidade a Distância: uma proposta e desafios com as tecnologias contemporâneas para uma prática de excelência". *Revista SV*, v. 18, n. 2, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/sv/article/view/3416/3297>>. Acesso em: 20 ago. de 2008.
- SARTORI, Ademilde; ROESLER, Jucimara. *Educação superior a distância: gestão da aprendizagem e da produção de materiais didáticos impressos e on-line*. Tubarão, SC: Ed. Unisul, 2005.
- MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. *Educação a distância: uma visão integrada*. São Paulo: Thomson Learning, 2007.
- LITTO, Frederic Michael. *Educação à distância e a USP*. *Jornal da USP*. Ano XVIII, n. 639, abril 2003.
- _____. "A 'Geração de Rede' está chegando ao mercado de trabalho... e mudando as organizações". *Educação em Revista. Aprendiz do Futuro*, março de 1998.
- REFERENCIAIS PARA ELABORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA EAD NO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO. Disponível em: <http://www.etecbrasil.mec.gov.br/gCon/recursos/upload/file/ref_materialdidatico.pdf> Acesso em: 10 fev. de 2009.

Abstract: *We aim to analyze the didactic material of the specialization course Arteduca offered by distance by the University of Brasília (Universidade de Brasília). It stands out the treatments given to the texts made for the distance learning course, taking as a reference the authors Gutierrez, Prieto, Sartori and Roesler. It's known that is not possible to simply adapt present models for the proposals in distance learning courses. It's necessary the development of proposals that gather and use the peculiarities of the tools, trying to optimize learning results. This way, we stand out the pedagogical mediation through the didactic material of this course that presents itself in the virtual environment of learning, using the moodle platform of UnB.*

Keywords: *Didactic material. Language. Distance learning course. Pedagogical mediation. Authorship.*



A VIDA NA OBRA: O FILHO ETERNO

Veridiana Almeida¹

Resumo: O objetivo deste artigo é levantar algumas questões relacionadas à escrita autobiográfica do autor Cristovão Tezza, em especial no livro *O filho eterno*, publicado em 2007, pela editora Record, que, comparado aos seus onze romances anteriores, poderia ser considerado o ponto mais alto de suas confissões. Procura-se mostrar que a vida de Cristovão Tezza funde-se às estratégias e aos recursos estéticos utilizados por ele para dissimular e/ou afastar-se do material verídico, insinuando certo distanciamento do conceito do gênero puramente biográfico. Neste contexto e diante da impossibilidade de delimitar os gêneros “romance” e “autobiografia”, a narrativa de Tezza parece definir-se como uma quase confissão pelos recursos típicos, convencionais da linguagem literária.

Palavras-chave: Cristovão Tezza. Ficção. Autobiografia. *O filho eterno*.

INTRODUÇÃO

Para falar de mim mesmo, só a estrutura da ficção dá conta, porque muita coisa é obscura. A ficção me dá liberdade - não falo de mim, mas de alguém que eu, digamos, conheço bem, mas com o qual mantenho uma distância segura.

Cristovão Tezza

O presente artigo orienta-se para dois objetos de estudo ao mesmo tempo: o escritor Cristovão Tezza (alguém solidamente instalado no mundo moral, social, ético e estético); e sua obra, em particular *O filho Eterno*, partindo da ideia de que todo romance é mais ou menos uma confissão, mesmo quando não escrito em primeira pessoa e ainda que o romancista se esconda atrás de cada página ou se dissimule sob a máscara de um ou de múltiplos personagens.

Cristovão Tezza parece pertencer à categoria dos romancistas que mais se confessam, isto é, daqueles que menos se escondem e menos se dissimulam – porém, não pela falta de tentativa em se afastar do gênero autobiográfico. Com efeito, é necessário ressaltar que, caso o leitor não tivesse as informações acerca das motivações biográficas, olharia para *O filho eterno* de forma diferente, limitada ao texto. No entanto, para o leitor que se inteirou, ainda que de maneira mínima, a respeito da obra e da vida de Cristovão Tezza, talvez se sinta na contingência de relacionar, com facilidade, criador e criatura.

Dessa forma, vale ressaltar que cada linha de *O filho eterno* parece denunciar uma série de ocorrências da vida do autor, especialmente sua história sentimental conturbada. Casou-se e teve um filho, no dia 3 de novembro de 1980, chamado Felipe,

¹ Doutora em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Professora da Faculdade Educacional da Lapa – FAEL/PR. Email: veri2004@hotmail.com.



portador da Síndrome de Down. É por esse viés que Tezza discorre: a partir de um filho que nasceu diferente.

Trata-se de uma biografia em forma de ficção. Na catalogação do livro consta como “romance brasileiro,” devendo ser lido como ficção, apesar de ser baseado em fatos. Escrito em terceira pessoa, Tezza preside uma “certa distância” do personagem categorizado como “ele” ou o “pai”.

Assim, em *O filho eterno*, há uma diluição das fronteiras que separam a ficção da realidade. Esse diluir-se apresenta-se no texto no estado de uma teorização do próprio fazer literário, calcado na narração de fatos ocorridos na vida do autor Cristovão Tezza, relativizados às particularidades do nascimento do seu primeiro filho, Felipe, portador da Síndrome de Down.

O ESCRITOR E SEUS PERSONAGENS

Cristovão Tezza, na obra *O filho eterno* diz: “só sou interessante se me transformo em escrita, **o que me destrói sem deixar rastro, ele imagina, sorrindo, antevendo algum crime perfeito. Ninguém descobrirá nada, ele enfim sonha, oculto em algum refúgio da infância**”² (TEZZA, 2007, p. 194).

Talvez, nesse comportamento inclinado à resistência, mais que uma defesa psicológica e, sem dúvida, pertinente ao estudo do discurso, há, também, uma direção oblíqua: a despersonalização, o que justificaria o paralelo, das duas faces de Cristovão Tezza - a ficcional e a teórica. A separação entre obra e autor (assim simplesmente) é uma limitação da força imperativa didaticamente mais despreziosa, “o texto aqui, o autor lá, a literatura aqui, o que não importa lá” (TEZZA, 2001, p. 282). Despersonalização é um conceito amplo da psicologia que literalmente significa a perda ou a negação da personalidade. Em literatura e, sobretudo na poesia, é costume apontar aqueles casos de escritores que buscam identidades ficcionais ou se mascaram com um pseudônimo como fenômenos de despersonalização. Contudo, o termo necessita algum rigor maior na definição para a psicologia e também, indiscutivelmente, para a literatura. Neste estudo, não há esse propósito; limitamo-nos a apontar simplesmente a superficialização, exclusivamente à acepção dada e que não encerra conotações: a oposição ao subjetivismo – o perfeito escudo para Tezza, a aniquilação total do autor, ou melhor, a impessoalidade.

É possível então afirmar que Cristovão Tezza está convencido de que está “amparado” e “resguardado” pelas teorias formalistas de linguagem. Para ele, “o personagem, enquanto construção verbal, não tem existência fora do livro; ele nada mais é do que um sistema de palavras. E essa particularidade não diz respeito apenas ao ser romanesco, mas à totalidade da obra literária” (FERREIRA, 1975, p. 16). O personagem é e deve ser contemplado como alguém que nos dá uma certa visão do mundo, que não a do autor.

² (Grifo nosso).



Assim, a citação acima, retirada de *O filho eterno*, merece consideração. Observa-se que o narrador coloca-se como *necessariamente* adepto das teorias formalistas: na ânsia de manter-se distante do autor, cinge-se, precisamente, aos processos formais de composição, a modo de afirmar seu “acabamento estético”. Este processo empregado por Tezza não nega a subjetividade, mas realmente desafia a tradicional noção relativa à sua função no texto. De que forma compreender então a asserção desse autor? Se, por um lado, ele “quer ser” adepto do estilo pseudobiográfico, deixa claro que são histórias inventadas baseadas em fatos e se resguarda nas teorias bakhtinianas de linguagem, como é visto nesta entrevista – dentre outras:

José Mario Silva: Neste romance, o protagonista partilha consigo o essencial daquilo a que se costuma chamar biografia: um percurso de vida, profissões, livros escritos, memórias e, sobretudo, o nascimento de um primeiro filho com síndrome de Down, chamado Felipe. Entre confissão e ficção, onde é que se traça aqui a fronteira?

Cristovão Tezza: A linguagem é a fronteira, em vários sentidos. O fundamental é a intencionalidade ficcional, isto é, de fazer um recorte de fatos reais e imaginários (que entram no texto com força idêntica) e dar a eles uma unidade temática e estrutural, um sentido particular, que a biografia jamais terá. O recorte é uma seleção que leva em conta a narrativa romanesca, e não a fidelidade biográfica (nesse sentido, o livro está cheio de “falhas” terríveis). Para mim, a ficção é um modo muito particular de ver o mundo; a biografia, ou a autobiografia (uma distinção mais ou menos irrelevante) é um outro modo. O autor vive o evento aberto da vida, que não tem “sentido”, que é um amontoado de fatos em sequência; um personagem submete-se a uma moldura que lhe dá exatamente aquilo que lhe faltaria na vida, se real fosse³.

Neste fragmento, comprova-se a visão de Tezza particularmente funcional e, por outro lado, revela-se essa fuga, a tentativa de deslocar a atenção do leitor para a materialidade do livro, tal convicção de objetividade radicada na atitude programática enunciada por ele, é algo marcante. Vemos essa confirmação no que diz o crítico Antonio Candido a propósito de um poeta mineiro: o tratamento ficcional em que a realidade é revista e francamente completada pela imaginação, avulta em momentos fundamentais sendo empregado para captar os elementos devidos à exposição documentada ou à experiência direta, isto é, os que foram obtidos sem recurso à imaginação⁴.

Apesar de o autor estar constantemente ocupado em mostrar o processo pelo qual *O filho eterno* passou para a sua construção “ficcional”, diante da sua argumentação, entende-se que o livro está cheio de “falhas terríveis” quanto à fidelidade biográfica, assim, a narrativa não deve ser confundida com a invenção de fatos, traição à verdade ou conjecturas apresentadas como fatos. Em suas divagações, Cristovão Tezza tem essa posição, o uso da expressão “falhas terríveis” tendo o reconhecimento de que isto vai inevitavelmente deformar a “verdade”. No entanto, cogita-se que, ao selecionar o material, Tezza privilegiou aspectos da sua vida e de sua personalidade em detrimento

³ Ver: "Entrevista de Cristovão Tezza a José Mario Silva". Disponível em: <<http://bibliotecariodebabel.com/tag/cristovao-tezza/>>. Acesso em 12 mai. 2009.

⁴ A afirmação refere-se a uma obra de Pedro Nava que Candido considera muito próxima da autobiografia. Cf. "A poesia e ficção na autobiografia" (CANDIDO, 1987, p. 61-62).



de outros, por exemplo, a sua mulher Beth e sua filha Ana não aparecem na narrativa propositadamente (“o livro é monotemático, sobre minha experiência em relação ao Felipe, não sobre minha mulher ou de minha filha. Eu não podia expô-las demais”⁵), já que o autor se propôs a contar a história de seu filho Felipe, um tema em que foi preciso vencer bloqueios e hesitações durante vinte e sete anos para ser transformado em livro. Com o tempo foi amadurecendo a ideia de escrever e enfrentar “o fato mais duro de sua vida”. Como diz Tezza em vários momentos e em várias entrevistas: “um escritor não pode ter medo de nenhum tema”⁶.

Como bem destaca o crítico Dante Moreira Leite, “toda (auto)biografia é trabalho de interpretação e, portanto, de imaginação criadora” (LEITE, 1979, p. 25). Ou seja, essas “falhas” que o autor em estudo menciona podem ser vistas como ilusão de maior verdade: “ninguém diz tudo a respeito de si mesmo, e a verossimilhança e o sentido de uma vida dependem de critérios que não são dados, diretamente, pela ação.” (LEITE, 1979, p. 25) Assim, é possível afirmar que a recriação poderia preencher os vazios da vida humana, dando-lhes uma moldura, um sentido que não tinha no mundo real, ou seja, seria a recriação lapidada pela imaginação. A partir deste contexto, a autobiografia poderia ser representada pela fuga ou distorção da imagem para agradar a si ou aos outros, salientando os melhores aspectos, minimizando ou ocultando os piores aspectos. “O mundo interior não é a melhor perspectiva para apreciar o que somos”, lembra-nos Dante Moreira Leite (1979, p. 25) referindo-se, exclusivamente, à autobiografia.

Neste sentido, a reflexão de Pierre Bourdieu (1996, p. 183) com relação às biografias e autobiografias mostra-se fundamental ao destacar a ilusão biográfica, a ilusão da coerência perfeita numa trajetória de vida. Existe a crença da ordenação dos acontecimentos de uma vida como uma história com começo, meio e fim, formando um conjunto estável e coerente de questões quanto a sua construção. Ou seja, as biografias, sejam elas quais forem, têm uma preocupação narrativa no sentido de linearidade, de trajetória sem rupturas, algo impensável na narrativa histórica moderna.

No âmbito formal, esse “efeito hipnótico” ou “pacto”, que incita o leitor a entregar-se à ficção, como já foi dito, tem sido reivindicado pelo autor para os seus romances, em especial *O filho eterno*. Em suas entrevistas e depoimentos, entre outros, lembra o ocorrido com Flaubert, a propósito de seu romance *Madame Bovary*, negando qualquer circunstância ou particularidade de caráter pessoal na história. Ela fora totalmente inventada.

Madame Bovary n'a rien de vrai. C'est une histoire totalement inventée; je n'y ai rien ni de mes sentiments, ni de mon existence. L'illusion (s'il y en a une) vient au contraire de l'impersonnalité de l'oeuvre. C'est un de mes principes, qu'il ne faut pas s'écrire. L'artiste doit être dans son oeuvre comme Dieu dans la création, invisible et tout puissant ; qu'on le sente partout, mais qu'on ne le voie pas⁷.

⁵Entrevista à Rosane Pavam, publicada na Revista Carta na Escola. Disponível em: <<http://www.cartanaescola.com.br/edicoes/33/o-fio-da-razao>>. Acesso em 17 mai. 2009.

⁶ Esta frase é dita por Cristovão Tezza em vários momentos, em várias entrevistas. Uma delas está publicada no site Bibliotecário de Babel, de José Mário Silva (2009).

⁷ “Madame Bovary não tem nada de verdadeiro. É uma história *completamente inventada*; não pus nela nem os meus sentimentos nem a minha existência. A ilusão, se existe, vem, pelo contrário, da



Mesmo assim, não faltou quem perguntasse: “Quem é Madame Bovary?” talvez porque a personagem representasse um pouco de cada uma daquelas senhoras da época. Pode-se afirmar que o autor captou o inconsciente coletivo feminino, causando mais que um desconforto moral para a sociedade, pois provocou um verdadeiro escândalo. Quando o livro foi publicado, em 1857, inaugurando o romance realista, Flaubert foi levado aos tribunais acusado de ofensa à moral e à religião, num processo contra o autor e também contra Laurent Pichat, diretor da *Revue de Paris*, que publicara a história em episódios e com pequenos cortes. A Corte Correccional do Tribunal do Sena absolveu Flaubert, mas os críticos puritanos da época não o perdoaram pelo tratamento ácido que ele tinha dado, no romance, ao tema do adultério e pela crítica mordaz ao clero e à burguesia. Flaubert não se esquivou a esta declaração que ficaria na história: “*Madame Bovary c’est moi*”⁸.

Na época em que foi lançada a obra de Flaubert, “a voz intrusa do autor era muitas vezes usada para prevenir uma confusão ingênua da literatura com a vida” (OLIVEIRA, 2003), deslocando a atenção do leitor para a materialidade do livro. Nessa época, o narrador não se mostrava e os modos de narração procuravam ser objetivos, impessoais ou dramáticos. Mas e agora, no século XXI?

Tudo depende do modo de olhar. De acordo com Charles Kiefer (2005), ler biografias, autobiografias e memórias, é percorrer também meio caminho entre o que o texto quer dizer e o que realmente diz e o leitor jamais completará o inteiro percurso da verdade. A única verdade possível é a da linguagem, esse ser que se dobra sobre si mesmo, cobra a engolir a própria cauda. Através da linguagem, a persona, ficção do ser biológico, mascara-se de narrador, essa dupla ficção.

impessoalidade da obra. É um dos meus princípios, o de que não devemos *escrever-nos*. O artista deve ser como Deus na criação, invisível e todo poderoso; deve ser sentido por todo o lado e nunca visto”. Trata-se um trecho de cartas escritas pelo próprio punho do autor sobre a criação de Madame Bovary. “A Mlle Leroyer de Chantepie”. 18 mars 1857. Disponível em: <<http://recantodasletras.uol.com.br/teorialiteraria/214858>>. Acesso em 23 mai 2009.

⁸ Flaubert commence l’écriture de ce roman en 1851, et y travaillera près de cinq ans. Madame Bovary sera publié en feuillets dès octobre 1856, et vaudra au directeur de la publication, à l’imprimeur ainsi qu’à Gustave Flaubert un procès pour « outrage à la morale publique et religieuse et aux bonnes mœurs », qui se soldera par un acquittement, et participera grandement au succès du roman. Sorte de Don Quichotte de la bourgeoisie provinciale du XIXème siècle, Madame Bovary est sans doute l’une des œuvres les plus connues de Gustave Flaubert. Adaptée plusieurs fois au cinéma, elle met en scène la chute d’une femme sans relief dont les lectures et les aspirations apportent la ruine, tant dans sa vie que dans celles de son époux et de sa propre fille. Comme à son habitude (ce procédé est également à l’œuvre dans *L’éducation sentimentale* et *Bouvard et Pécuchet*), Flaubert utilise l’ironie pour décrire l’existence et le destin misérables de son personnage principal. Il ne s’agit pas d’une leçon moralisatrice, mais d’un exemple grinçant de sottise humaine, décrit dans un ton faussement neutre, et véritablement pince-sans-rire. Gageons que bien plus que les infidélités d’Emma, c’est cette liberté de ton qui déplut et valut à Flaubert un procès, dont il ne sortit que plus grandi encore. Petite anecdote : il est de bon ton d’attribuer à Flaubert les mots « Madame Bovary, c’est moi », pour sous-entendre une obscure relation **biographique entre l’écrivain et son personnage principal. C’est oublier le contexte de cette déclaration de Flaubert, qui prononça ces mots lors d’une réception. Un petit groupe de convives discutait du roman, du scandale qu’il avait soulevé et de son auteur. Flaubert se rapprocha, et informa de la sorte l’assistance: “Madame Bovary, c’est moi.”** Disponível em: <<http://livres.fluctuat.net/gustave-flaubert/livres/madame-bovary/6-chronique.html>>. Acesso em 23 mai 2010.



Assim, parece possível afirmar que a insistência em colocar autor e narrador no mesmo grupo indique uma espécie de duplo inseparável do enunciado literário. Como toda formulação hipotética deve testar sua validação em uma área específica de verificação, o fato de as características psicológicas do personagem de *O filho eterno* (seus sentimentos, suas intenções) e os atributos reveladores de sua configuração física, profissional e social definirem e qualificarem o autor, Cristovão Tezza, ou seja, o modo de ser e o de agir do personagem correspondem, em última análise, aos índices, dados e informações de que nos fala o autor em entrevistas, palestras e sobretudo no item “biografia do autor” no seu *website*. Estes que se referem ao autor Cristovão Tezza podem ser incorporados no personagem (pai), como tantos outros traços definidores. Por isso, a afirmação inicial acerca da integração, uma espécie de duplo inseparável entre autor e personagem: "Sou um legítimo representante dos meus próprios personagens" (TEZZA, 2009).

Da mesma forma, percebe-se um fato digno de ser mencionado: os atributos dos personagens (tanto o pai como outros no conjunto da obra) indicando pessimismo, estado de languidez e tristeza indefinida. "A felicidade. Sempre sentiu medo dessa palavra, que lhe soa arrogante, quando levada a sério; quando usada ao acaso, gastou-se completamente pelo uso e não corresponde mais a coisa alguma, além de um anúncio de têê ou uma foto de calendário" (TEZZA, 2007, p. 155).

Se dissermos que o autor Cristovão Tezza é melancólico como os personagens, poderíamos faltar com a verdade; por outro lado, a alegria, o riso atribuídos a ele podem ser simplesmente uma função circunstancial. “Para manter a alegria, entretanto, é preciso desenvolver algumas técnicas de ocultação da realidade, ou morreríamos todos” (TEZZA, 2007, p. 155). E é verdade que na maioria das entrevistas e reportagens é destacado o bom-humor de Cristovão Tezza, sua marca registrada⁹.

Com efeito, de acordo com Dante Moreira Leite (1979, p. 27), “é frequente que, na ficção, o artista revele um aspecto que não exprime diretamente na sua vida diária”. Como mencionado, trata-se de um aspecto curioso, porém, esse modelo de análise se aplicaria nitidamente nos campos preferenciais como a psicologia ou a psicanálise. Assim, o levantamento realizado exerce a função, somente, de apresentar uma visão contraditória entre autor e personagem, a cautela necessária para evitarmos a generalização (não teórica, evidentemente), pois Tezza codifica um determinado tipo de ser ficcional, o qual, na verdade, domina o seu conjunto literário. Isto não significa, no entanto, que esse parâmetro não possa ser aplicado à análise dos personagens. Seria necessário, no caso, efetuar uma reformulação de importância dos enfoques psicológicos do autor. Trata-se apenas de estabelecer, como ponto de partida, a perspectiva que nos pareça mais significativa, para a obtenção da proposição instituída: prestar relevo, primordialmente, às ações e qualificações do autor-personagem.

⁹ Exemplos: SILVA, J. M. "Cristovão Tezza: Um escritor não pode ter medo de nenhum tema". Bibliotecário de Babel. Disponível em: <http://bibliotecariodebabel.com/tag/cristovao-tezza>. Acesso em 12 mai 2009. "Cristovão Tezza e Beatriz Bracher: ordem literária sobre o caos cotidiano". Portal literal. Disponível em: <<http://portalliteral.terra.com.br/artigos/cristovao-tezza-e-beatriz-bracher-ordem-literaria-sobre-o-caos-cotidiano>>. Acesso em 14 mai. 2009. SARTORI, Juliana; LANCIA, Marcelo. *O retrato de Curitiba*. Revista *VOI*, novembro de 2004, entre outros.



"Cores à parte, passou a gostar de tudo que era pessimista, carregado e trágico: Munch e principalmente Ensor, aquelas caveiras se fundindo em pesadelos reais e cotidianos. De onde tirava aquilo, ele que passou a vida rindo?" (TEZZA, 2007, p. 196). Parece que há, neste fragmento do romance, uma sensível tentativa de um desfecho coerente e lógico para a "curiosidade" levantada. A extrema movimentação de Tezza em sensibilidades díspares é, na essência, traço de conduta, não como sinônimo de fracasso, e sim como traços inerentes da natureza humana. Ou seja, a bem da verdade, a tristeza no papel apenas remete à vulnerabilidade da vida.

Quanto às ideias de Dante Moreira Leite (1979), podemos dizer que, através da ficção, a pessoa conta mais a respeito de si mesma do que se narrasse a sua própria história dentro do gênero puramente autobiográfico. Ou seja, o *aparente* discurso ficcional é uma transposição quase direta da experiência pessoal. E, em muitos casos, a ficção pode apresentar os piores aspectos do criador, isto é, pode constituir o seu universo reprimido na vigília.

Esta interpretação parece ser coerente e sensata, assim como pareceria impossível uma genuína autobiografia de Cristovão Tezza; talvez, se a escrevesse, a pessoa do escritor se revelaria muito menos que na ficção. São esses, em situações evidentemente diversas, os casos de Simone de Beauvoir, de Graciliano Ramos, de José Lins do Rego, escritores que conseguiram transformar a experiência em obra de ficção. E talvez a observação de Antonio Candido a propósito de Graciliano Ramos seja válida para muitos outros ficcionistas (como seria o caso de Cristovão Tezza): os que se refugiam na autobiografia são os menos capazes de criar fora de sua experiência vivida. (LEITE, 1979). Nesta afirmação, percebe-se uma sintonia com as palavras de Oscar Wilde: "o homem quase nada nos diz quando fala em seu nome; deem-lhe uma máscara, e ele dirá a verdade" (WILDE apud LEITE, 1979, p. 49).

Assim, podemos compreender por que alguns autores se revelam mais em obras de ficção que em seus livros de memórias: eles veem, na personagem, aquilo que se recusam a ver em seu mundo interior ou aquilo que não teriam coragem de escancarar. Como se a confissão só fosse possível através de figuras imaginadas, em que o autor projeta as suas experiências e sua maneira de ver o mundo, ou até porque elas revelam o que não quis ou não pôde ser. A confissão direta, portanto, pode ser frustrada, perdendo-se na superficialidade ou na gratuidade. (LEITE, 1979)

No ensaio intitulado *Um autor, um narrador e nenhum herói*, Marisa Lajolo destaca que, em *O filho eterno*, Cristovão Tezza, devassando seu mundo íntimo, confessa incoerências e absurdos:

Vem da lucidez cortante com que o livro investiga **atos, emoções e sentimentos do pai de Felipe**, da forma fria como devassa aos leitores sua condição miseravelmente humana, cheia de medos e vazia de certezas, um dos fatores de envolvimento apaixonado com a leitura do livro. O leitor chegado a citações **pode olhar nos olhos de Tezza** (a orelha da quarta capa fornece seu retrato para quem não visitou a www.cristovaotezza.com.br) e devolver-lhe o lance baudelairiano, confessando-se seu hipócrita leitor, seu irmão, seu igual¹⁰.

¹⁰ Ver: LAJOLO, Marisa. "Um autor, um narrador e nenhum herói". Disponível em: <http://www.alb.com.br/revistas/revista_05/lancam_05.asp>. Acesso em 05 jun. 2009. Grifo nosso.



Esses dados caracterizantes são encontrados com mais abundância, apresentando maior densidade no personagem (pai) de *O filho eterno*, em relação às personagens de obras anteriores, já que este é marcado por uma interioridade maior, mesmo que haja, em certa altura a afirmação de que, apesar de todas as circunstâncias adversas, “o pai é movido à alegria, um sentimento fácil na sua alma” (TEZZA, 2007, p. 155). Diante disso, indaga Marisa Lajolo: “será que este narrador não está falando de si mesmo?” (LAJOLO, 2009).

Com efeito, o escritor e professor chamado Cristovão Tezza afirma que “o narrador é sempre uma *persona*, um olhar destacado do evento vivo, real, cotidiano das pessoas; é alguém que escolhe o que vê, recorta e interpreta. É, também, alguém que sabe mais do que os seus personagens - o seu olhar já tem o começo, o meio e o fim. E, sobre o seu passado, não há mais nada a fazer – está pronto”¹¹, conforme declarações ao entrevistador, em setembro de 2007. O mesmo que, ao criar seus personagens, busca na vivência diária em Florianópolis dados para compor a biografia do personagem de *O filho eterno*.

Sente cansaço, mas ainda tem energia de sobra aos 30 anos – é preciso decidir o que fazer da vida e se sente dolorosamente incapaz de sobrevivência. Dinheiro: é preciso ganhar dinheiro. Pensa na perspectiva de se tornar professor, logo ele, que jamais entrou numa sala de aula com uma lista de chamada na mão. Era sempre o que sentava lá no fundo, perto da porta de saída. Há um concurso em vista em Florianópolis – se aprovado, será mais um dos milhões de funcionários do Estado (TEZZA, 2007, p. 133).

Ressalta-se, mais uma vez, que os dados biográficos, os fatos chegam até o leitor através do narrador. Este ressignifica seu passado. Na obra *O filho eterno*, talvez o leitor se indague: onde acaba o narrador e começa o autor? Do mesmo modo que se pode dizer: “todo o significado do livro está contido em qualquer sentença que se escolha” (OLIVEIRA, 2006, p. 35). Em suma, pode-se afirmar que tanto o narrador quanto o autor estão encaixados em qualquer instante da voz que constitui o livro.

Os pontos de vista acerca do “pai” são, justamente, os pontos de vista de Cristovão Tezza sobre si mesmo, o escritor como se fosse um personagem de si mesmo, mas um personagem que ele acabou não sendo, porque o que ele acabou sendo foi o narrador que, com tanta precisão, compôs o universo linguístico, ético e literário que rodeia o “pai”.

CONSIDERAÇÕES

Com o objetivo de estabelecermos a proposta de levantar questões relacionadas à vida e obra de Cristovão Tezza, procuramos viabilizar essa investigação mediante uma chave teórica que contemplasse a identificação e o cotejo entre o dado real e o dado ficcional presentes na escrita. Dito de outra forma, percebemos que Cristovão Tezza

¹¹ Ver: Entrevista: Cristovão Tezza. Disponível em: <<http://briguet.tipos.com.br/posts/2007/09/03/entrevista-cristovao-tezza>>. Acesso em 3 set. 2008.



parece alimentar o processo de ficcionalização de sua própria realidade para dissimular ou afastar-se do “material verídico”.

Como pretendemos ver, a voz do ficcionista e a do teórico Cristovão Tezza estão em jogo, pois não é um ficcionista submetendo-se à apreciação ao comentar seu processo individual de criação, mas um teórico que quer compreender tanto o princípio básico da relação do autor com o narrador, pretensão que supõe uma estética da criação verbal, quanto às particularidades individuais de que essa relação se reveste nesse ou naquele autor.

A partir do que foi visto, e considerando o encontro entre sujeito e mundo, talvez se pudesse aplicar à obra de Tezza esta observação de Antonio Candido quando fala sobre o processo de criação. Para ele, o autor “manifesta o seu movimento constante entre a pureza documentária e a elaboração fictícia, assim como deseja integrá-las” (CANDIDO, 1987, p. 47). Ou seja, entende-se que, na visão de Cristovão Tezza, saber toda a história é saber tudo sobre nada; é não se envolver com nenhum universo, é não se comprometer sequer com as histórias, é manter-se acima e além.

Assim, é possível afirmar que ele sempre fez questão de negar que sua obra seja uma autobiografia propriamente dita, ainda que reconheça nela a sua inquestionável e determinante presença. Esse aparente paradoxo explicitado entre uma leitura da crítica e a declaração do autor nos faz enxergar o seu refúgio na linguagem ficcional em movimento contínuo, de contornos fugidios e mutáveis, no entanto, em nenhum momento, ele parece abdicar da pretensão de escrever “a sua história”, mesmo que o resultado final seja um “romance brasileiro.”

REFERÊNCIAS

- GUIMARÃES, Eduardo. "A enumeração, funcionamento enunciativo e sentido". *Caderno de Estudos Linguísticos*. n. 51. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem/Unicamp, 2009.
- _____. *Domínio Semântico de Determinação*. A palavra. Forma e sentido. Campinas: Pontes, 2007.
- _____. *Semântica e Pragmática. Introdução às Ciências da Linguagem: a palavra e a frase*. Campinas: Pontes, 2006.
- _____. *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.
- _____. "O acontecimento para a grande mídia e a divulgação científica". In: Guimarães, Eduardo (Org.). *Produção e Circulação do Conhecimento: Estado, Mídia, Sociedade*. Campinas - SP: Pontes, 2001.
- _____. "La science entre les politiques scientifiques et les médias". *Les Carnets du Cediscor* [En ligne], 6, 2000, mis en ligne le 11 mai 2009, consulté le 23 mai 2011. Disponível em: <<http://cediscor.revues.org/321>>.
- GUIMARÃES, Eduardo; Orlandi, E. "Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito". In: *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez, 2001.
- OLIVEIRA, Simone de Mello de. *Os blogs de divulgação científica: informação, notícia e divulgação*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2011.
- RANCIÈRE, Jacques (1992). *Os nomes da História*. Campinas: Pontes, 1994.
- A Mlle Leroyer de Chantepie*. 18 mars 1857. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/teorialiteraria/214858>>. Acesso em: ago. 2009.
- BOURDIEU, Pierre. "A Ilusão biográfica". In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaina (orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.



- CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987.
- CUNHA, Katia Cilene Flores. *A leitura crítica de Jorge Luis Borges no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História da Literatura). Rio Grande, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2005.
- FERREIRA, Edda Arzua. *Integração de perspectivas: contribuição para uma análise das personagens de ficção*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1975, p. 16.
- LAJOLO, Marisa. *Um autor, um narrador e nenhum herói*. Disponível em: <http://www.alb.com.br/revistas/revista_05/lancam_05.asp>. Acesso em: jun. de 2009.
- LEITE, Dante Moreira. *O amor romântico e outros temas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.
- OLIVEIRA, Juvenal Batella. *Este lado para dentro: ficção, confissão e disfarce em João Ubaldo Ribeiro*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. Programa de Pós-graduação em Estudos da Literatura. Rio de Janeiro, 2006.
- OLIVEIRA, Maria Antónia. "Biografia e ficção". Revista de Comunicação e Linguagens, nº 32 – Ficções, Lisboa, Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens – Universidade Nova, 2003.
- SILVA, José Mário. *Cristovão Tezza: Um escritor não pode ter medo de nenhum tema*. In: Bibliotecário de Babel. Disponível em: <<http://bibliotecariodebabel.com/tag/cristovao-tezza>>. Acesso em: maio de 2009.
- TEZZA, Cristóvão. Entrevista: Cristóvão Tezza. 3 de setembro de 2007. Disponível em: <<http://briguettipos.com.br/posts/2007/09/03/entrevista-cristovao-tezza>>. Acesso em: set. de 2008.
- _____. Entrevista de Cristóvão Tezza à José Mario Silva. Disponível em: <<http://bibliotecariodebabel.com/tag/cristovao-tezza/>>. Acesso em: maio de 2009.
- _____. Entrevista à Rosane Pavam. *Revista Carta na Escola*. Disponível em: <<http://www.cartanaescola.com.br/edicoes/33/o-fio-da-razao>>. Acesso em: maio de 2009.
- _____. *O filho eterno*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- _____. *O retrato de Curitiba*. Disponível em: <http://www.cristovaotezza.com.br/entrevistas/p_0412_voi.htm>. Acesso em: maio de 2009.
- _____. "Sobre O autor e o herói – um roteiro de leitura". In: FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristóvão; CASTRO, Gilberto (Orgs.). *Diálogos com Bakhtin*. Curitiba: Editora da UFPR, 2001. pp. 273-303.

Abstract: *The aim of this article is to raise some questions related to the autobiographical writing of author Cristóvão Tezza, in particular, "The Eternal Son", published in 2007, for Record publishing company, which, compared with his eleven previous novels, could be considered the highest point of his confessions. The proposal is to show how the life of Cristóvão Tezza establishes the strategies and the aesthetic resources used by him to dissimulate and/or to be moved away from the truthful material, hinting detachment of the concept of the purely biographical sort. In this context and ahead of the impossibility to delimit the sorts "romance" and "autobiography", the narrative of Tezza seems to be defined as almost a confession by typical features, conventional literary language.*

Keywords: *Cristóvão Tezza. Fiction. Autobiography. The eternal son.*



“SER CRISTÃO É MUITO LOUCO”: DAS RELAÇÕES SEMÂNTICAS NO TEXTO PANFLETÁRIO

Daniella Amaral¹
Débora Massmann²

***Resumo:** Neste trabalho, propomo-nos a investigar a rede semântica que se constrói em torno da expressão “ser Cristão”. A partir das análises, fundamentadas na Semântica do Acontecimento, foi possível compreender que os sentidos de “ser Cristão”, no texto em análise, se constituem no entremeio, como efeito de sentido, da célebre oposição entre o bem (Deus, Jesus e Cristo) e o mal (mundo). Em outras palavras, a expressão “ser Cristão”, neste acontecimento de dizer, não está significada aí sem nenhum passado.*

***Palavras-chave:** Semântica da Enunciação. Discurso religioso. Significação.*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para esta reflexão, tomamos como ponto de partida o discurso religioso. Trata-se, pois, de um espaço de dizer polêmico que, historicamente, é significado tanto pela crença como pelo conflito. Durante séculos, a fé funcionou (e ainda funciona) como o combustível que mobilizou (mobiliza) disputas, guerras, atentados terroristas e suicídios, entre outros. Foi pela/na fé que se buscou (e talvez ainda existam grupos que busquem) justificativas para algumas das principais catástrofes da humanidade. Isso se deve ao fato de que a fé, através de seus pressupostos, aponta para a vivência de valores que se sustentam no amor ao próximo, perdão, caridade e fraternidade, entre outros.

Diferentemente do que acontece em outros países, no Brasil, pode-se dizer que, no que concerne à fé, a população é relativamente tolerante e flexível. Não por acaso, nas últimas décadas, temos assistido a efervescência de diferentes igrejas evangélicas³. O crescimento deste segmento aponta para um fenômeno da sociedade brasileira do século XX que merece ser investigado. Na esteira da ascensão de grupos religiosos e de discursos sobre o que é ser cristão, cabe-nos olhar para essa questão como objeto de

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS. Email: daniella@fai-mg.br.

² Pós-doutoranda do Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo - USP. Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS. Email: debora.massmann@gmail.com.

³ De acordo com a Revista Veja (online), “Nos países anglo-saxões, onde a Reforma Protestante eclodiu no século XVI, o termo “evangélico” é usado para definir quase todas as doutrinas cristãs protestantes. Na Alemanha, berço do luteranismo, seu uso chega a ser mais específico: é comum se referir aos membros da Igreja Luterana como evangélicos, excluindo-se o resto dos protestantes. Já no Brasil, quando se fala de evangélicos, trata-se de uma forma genérica de se referir às correntes protestantes pentecostais e neopentecostais [...], surgidas somente no século XX. De forma simplificada, pode-se dizer que todo evangélico é protestante, mas nem todo protestante se considera evangélico”. In: <http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/evangelicos/em_resumo.html> Acesso em 10 jun.2013



estudo a fim de compreender que sentidos são produzidos em torno da expressão “ser cristão”. Deve-se ressaltar que não vamos tratar aqui de questões de crença. Nosso objetivo é, a partir da Semântica do Acontecimento, descrever o funcionamento da linguagem na sua relação com a sociedade, no que concerne ao discurso religioso, mais especificamente, sobre a expressão “ser Cristão”, empregada, frequentemente, pelos sujeitos filiados a diferentes vertentes religiosas.

UM LUGAR DE ANÁLISE

De início, é importante dizer que as ideias aqui apresentadas locam-se na posição materialista, cuja tomada de relações entre a linguagem e o real se dá através das implicações históricas. A linguagem, vista desse lugar teórico-analítico, não é tomada como transparente, mas mediante a consideração do acontecimento do dizer.

É no acontecimento do dizer que se dá a enunciação pelo funcionamento da língua. Funcionamento este ao qual estão remetidos o sujeito e a temporalidade. Tem-se assim, que o acontecimento temporaliza. Para Guimarães (2000), a temporalidade do acontecimento constitui o seu presente, um depois que abre o lugar dos sentidos e um passado que não é lembrança de acontecimentos anteriores. Nessa medida,

o passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização tal como a latência de futuro. O acontecimento é a diferença na sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação (GUIMARÃES, 2000, p.12).

Diante disso, o passado faz significar o presente e o futuro. Essa latência de futuro, que se traduz até mesmo pelo ato de interpretar, pelo gesto de leitura, pela busca de compreender a teia de significações, no acontecimento, projeta o sentido uma vez que o faz partir de certo recorte que se constitui do que é memorável.

Inseridos, pois, neste quadro teórico, selecionamos como objeto de análise para esta reflexão um texto panfletário distribuído pela igreja “Bola de Neve”, que traz como chamada o enunciado “*Ser cristão é muito louco*”. A partir do procedimento enunciativo de reescrituração, buscamos compreender o processo de produção dos sentidos que se constitui no acontecimento de enunciação em um dizer específico que propõe uma série de definições sobre o ser (ou não ser?) cristão.

Assim sendo, em primeira instância, tem-se que o enunciado “*Ser cristão é muito louco*” apresenta-se como um título diante do qual parece não se poder ficar indiferente. Uma estranheza de relações seduz para a inquietação e faz perceber pela simples leitura, ainda sem qualquer análise, um percurso que passa pela desconstrução. Isso se dá, em parte, devido aos sentidos cristalizados, referenciais, aos quais nos agarramos para significarmos “o que é ser cristão”.

O conforto que se impõe, diante da aparente quietude, se dá pela discordância entre esse modo de dizer o “ser cristão” e o já dito, isto é, sentidos que circulam comumente nos discursos. A presença da palavra “*louco*”, numa relação de predicação,



aponta para o funcionamento da possível contradição e invade-nos quanto ao sentido não referencial provocando rumores de outras formas, não apenas de dizer, mas de constituir outros modos de significação, de interpretação, outros sentidos enfim.

Diante disso, é o exame da contradição aparentemente constitutiva deste texto que faz avançar o questionamento do leitor em outras/novas dimensões semânticas. Como pesquisadores, buscamos compreender o processo de produção de sentidos dos enunciados e textos. No caso da análise que propomos, estamos diante de um objeto de investigação que joga com as fronteiras entre a crença e a descrença, entre o ser e/ou não ser. É assim que surge o presente trabalho como materialidade reflexiva dessas relações de inquietude, relações de contradição que encontram na Semântica do Acontecimento um espaço propício à compreensão do funcionamento de sentidos no acontecimento do dizer do texto panfletário.

Iniciamos nossa análise com o pressuposto de que a designação de um nome ou de uma expressão é algo próprio das relações de linguagem e, por isso mesmo, relação simbólica exposta ao real enquanto tomada na história. Pensando as relações de linguagem constitutivas do sentido, Guimarães (2002) estabelece que dizer o que um nome designa é poder dizer também com que outras palavras este nome se relaciona no Domínio Semântico de Determinação (DSD). Nessa medida, é preciso recusar as relações de significação estabelecidas por outras perspectivas semânticas, como aquela, por exemplo, desenvolvida pela Semântica formal.

Tomando a Semântica Acontecimento como nosso lugar de observação dos fenômenos da linguagem, estabelecemos, como unidade de análise, o enunciado em que a palavra se apresenta. Vamos considerar as palavras nas relações que suas enunciações constroem. Considerar a determinação como dispositivo de análise nos permite compreender como as palavras em um domínio semântico se relacionam umas com as outras determinando os sentidos de si mesmas, do enunciado em que estão inseridas e do próprio texto. Neste processo de análise, o DSD é descrito, representado e identificado por sinais muito específicos que constituem o próprio DSD. Tem-se, assim, a seguinte representação:

- 1) os sinais \top ou \perp ou \vdash ou \dashv , indicam “determina” (em qualquer direção);
- 2) o traço $—$ indica uma relação de “sinonímia”;
- 3) o traço maior _____, dividindo o DSD, significa “antonímia”;
- 4) além disso, o DSD normalmente apresenta-se emoldurado, isto é, ele é descrito no interior de uma moldura.

Através destes sinais, o DSD apresenta e representa uma análise da palavra. É a partir desta análise que se pode descrever e compreender o(s) funcionamento(s) de sentido de uma palavra nos enunciados que constituem o *corpus*.

Para complementar o processo de análise, cujo núcleo é o DSD, Guimarães (2002; 2007) estabelece dois tipos de procedimentos analíticos fundamentais à constituição de sentidos: a articulação e a reescrituração.

A reescrituração pode ser definida como um procedimento, através do qual a enunciação, retoma, rediz e reescreve o que já foi dito atribuindo-lhe novos sentidos,



fazendo-o significar de outra maneira diferente de si. Tem-se assim a reescrituração como um procedimento que

[...] atribui (predica) algo ao reescriturado. [...] [ela] coloca em funcionamento uma operação enunciativa fundamental na constituição do sentido de um texto. Vou chamá-la de predicação [...]. Trata-se de uma operação pela qual, no fio do dizer, uma expressão se reporta a outra, pelos mais variados procedimentos. Ou por negar a outra, ou por retomá-la, ou por redizê-la com outras palavras, ou por expandi-la ou condensá-la, etc.. (GUIMARÃES, 2007, p. 84).

Nesse sentido, compreende-se que a reescrituração pode ocorrer sob diferentes formas. De fato, ela pode se manifestar através de repetição, substituição, eclipse, expansão, condensação ou definição. Estes diferentes modos de reescrituração criam uma trama (teia) de sentidos na superfície textual, pois conectam pontos do texto entre si e com outros textos. Através destes procedimentos de reescrituração, pode-se observar como o sentido de uma palavra é construído, deslizado e alterado. Dito de outra forma, como o sentido da palavra se historiciza e como, ao ser retomada, ela faz significar algo que não estava significado (Guimarães, 2007).

Enquanto a reescrituração engloba relações que podem se estabelecer na unidade do texto, a articulação remete à análise das relações de contiguidade no interior do próprio enunciado. O estudo da articulação permite dizer “como o funcionamento de certas formas afeta outras que elas redizem” (Guimarães, 2007, p. 88). Dentre as relações de articulação, pode-se citar a pressuposição, a predicação e a referência no âmbito do enunciado e as relações argumentativas, entre outras. É, portanto, tomando como bases estes pressupostos teórico-metodológicos que se estabelecerá a análise do *corpus* deste estudo.

SER OU NÃO SER: EIS O DILEMA

O material analisado neste estudo é um panfleto de divulgação religiosa de autoria da Igreja Bola de Neve. A Bola de Neve filia-se ao grupo de igrejas protestantes designadas como neopentecostais. Sua fundação deu-se em dezembro de 1993, na cidade de São Paulo. Na ocasião, tratava-se de uma reunião de oração com poucos participantes. O crescimento contínuo motivou os participantes a nomear suas reuniões e caracterizá-las cada vez mais como uma igreja.

O nome destes encontros surgiu através de um sonho narrado por Rinaldo Seixas, fundador do projeto. No sonho, uma bola de neve que começava pequenininha, virava uma avalanche. O nome "Bola de Neve" vem, portanto, da proposta dos fundadores que tinham por objetivo propagar o trabalho como uma bola de neve, aumentando o tamanho e o alcance da sua proposta religiosa ao longo do tempo.

O público que frequenta esta igreja é constituído, geralmente, por pessoas das classes média e alta, de estilo alternativo, universitários e praticantes de esportes radicais. A liturgia informal, estilo inusitado de pregação e louvores em ritmo de pop,



rock e reggae também contribuem para se estabelecer um perfil desta organização religiosa. É justamente este estilo descontraído que vai marcar a identidade da igreja como sendo uma terceira via, um caminho alternativo entre a renovação carismática do catolicismo e o neopentecostalismo doutrinador que se ampara em rigorosas regras de conduta. É fundamentando-se nesta filosofia eclética que a igreja “Bola de Neve” vem reunindo adeptos e buscando conquistar cada vez mais novos seguidores. Um exemplo disso é, justamente, o panfleto que trazemos para esta reflexão que se apresenta como um material de divulgação da instituição “Bola de Neve”.



Imagem 1

Fonte: Blog *Ligado na Bíblia*⁴.

Na imagem em questão, estão presentes alguns elementos que remetem diretamente ao que se diz ser a identidade daquele que anuncia, a igreja “Bola de Neve”, além da presença explícita de sua logomarca acompanhada de seu endereço de página na internet. As cores graves, tons escuros e o fundo indecifrável remetem ao psicodélico comparável aos códigos tribais urbanos que marcam territórios, diferenças. A imagem tenta, pois, representar a proposta alternativa na qual a “Bola de neve” tenta se inserir.

Como se pode observar na imagem, dois esportistas em ação movimentam a cena, aparecem em oposição, o surfista no alto, à direita, e o skatista, na parte de baixo, à esquerda. Outra oposição bastante significativa para a compreensão dos sentidos postos aí se dá da seguinte maneira: enquanto o surfista pega uma onda e sua prancha sobe soberana, o skatista cai enquanto desce a rampa com seu skate que está com as rodas para cima. A frase em inglês, posta ao lado do atleta caído, manuscrita, remetendo-nos aos sentidos que acompanham uma escrita pessoal, uma conclusão a respeito de um

⁴ Disponível em: <<http://ligadonabiblia.blogspot.com.br/2011/03/ser-cristao-e-muito-louco.html>>. Acesso em: 10 out. 2012.



acontecimento individualizado pela experiência e materializado pela linguagem. As palavras dessa frase estão na vertical, o que também nos faz retomar o sentido de subida. Está escrito: “*in Jesus we trust*”, isto é, “*em Jesus podemos confiar*”.

Enquanto a imagem do skatista é parte da imagem propriamente dita, a imagem do surfista é adicionada, posta junto, presa com um clipe, o que nos remete ao sentido já posto: o de cair, ou estar caído, ou de que a queda é constitutiva, faz parte. Os dizeres em letras grandes são separados em duas cores; a cor vermelha para o dizer “ser cristão”. Cor esta que aparece apenas em outro dizer: no nome “Bola de Neve” cujo formato remete à logomarca da igreja.

A descrição realizada, até aqui, permite-nos lançar mão de uma análise mais profunda, a fim de que se confirme o gesto de interpretação proposto. Antes, porém, convém ressaltar que esse gesto configura-se nesse momento do texto como inquietação, como hipótese que precede a leitura do texto.

Posto isso, seguimos nossa reflexão percorrendo o texto que acompanha a imagem descrita acima. Conforme destacamos anteriormente, nosso objetivo é compreender o funcionamento da reescrituração, no que diz respeito à expressão “ser Cristão”, tal como ela se apresenta neste texto. A reescrituração nos permite descrever e interpretar como e quais determinações semânticas se dão num acontecimento específico de linguagem que toma o texto por seu funcionamento enunciativo (GUIMARÃES, 2000; 2002). Tem-se, assim, a reescrituração descrita como um “procedimento atribui (predica) algo ao reescriturado” (GUIMARÃES, 2004, p. 89). As relações de predicação permitem tratar, portanto da constituição dos sentidos considerando o funcionamento das palavras tanto no âmbito do enunciado como no texto (e entre textos distintos). Compreende-se, assim, que à medida que as palavras são apresentadas, reescritas e articuladas, os sentidos são constituídos ao longo do texto.

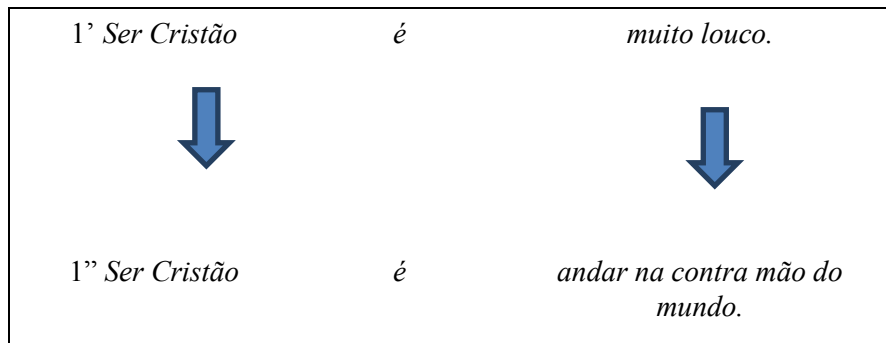
Desse modo, para observar o funcionamento da reescrituração, tomamos como o ponto de partida a chamada inicial do texto abaixo:

Ser Cristão é muito louco.

Ser Cristão é andar na contra mão do mundo. Porém, o mundo vicia, Cristo liberta.

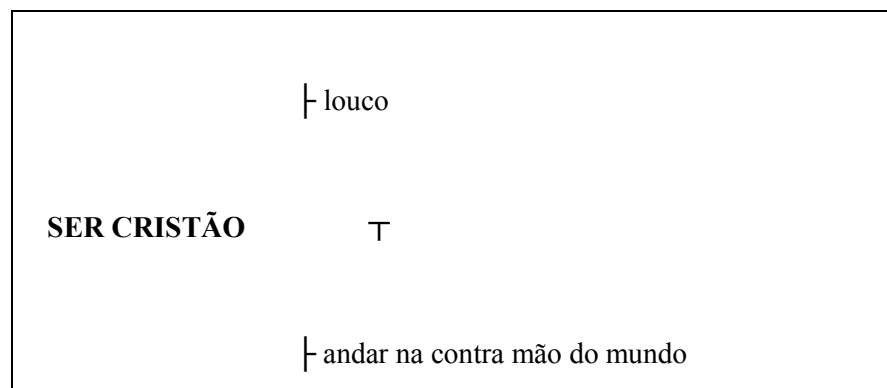
O mundo contamina, Cristo cura. O mundo é guerra, Cristo é a paz. O mundo é corrupto, Cristo purifica. O mundo acusa, Jesus perdoa. O mundo é ódio, Deus é amor. O mundo é depressão, Deus é alegria. O mundo é frágil, Deus é poder. O caminho do mundo é largo e leva pro abismo. O caminho de Deus é estreito, mas leva para a vida eterna. Se ser Cristão é ser louco, quero ser o mais aloprado de todos.

A expressão “*ser Cristão*” é apresentada neste texto através de uma relação predicativa em “*Ser Cristão é muito louco*”. Na sequência, nas primeiras linhas do texto, verifica-se que por um procedimento de sinonímia a expressão “*ser Cristão*” é imediatamente reescrita em outra relação predicativa em que “*muito louco*” é também reescrito através de uma especificação em “*andar na contramão do mundo*”. Para ilustrarmos o modo como a reescrituração se dá nos recortes 1’ e 1”, apresentamos a tabela abaixo:



Os enunciados que compõem os recortes 1' e 1'' rompem com os sentidos cristalizados pelo senso comum sobre “*ser Cristão*” e parecem instaurar no centro do próprio dizer um conflito, uma contradição. À medida que desconstrói o imaginário do que é “*ser Cristão*”, a expressão em análise coloca em funcionamento neste texto outros/novos sentidos possíveis para o “*ser Cristão*”. É nestes movimentos das formas da língua, através dos quais se diz o mesmo e/ou o diferente, que o texto produz sentidos. A partir deste primeiro recorte, já esboçamos a representação da rede de sentidos deste enunciado sob a forma de DSD.

DSD1:



Levando em consideração as condições de produção da sociedade do século XX e do século XXI, “*ser Cristão*”, neste espaço-tempo, de acordo com o enunciado em análise, significa ser “*louco*” e “*andar na contra mão do mundo*”. Mas afinal que sentidos são postos em funcionamento, neste texto, para o “*ser Cristão*”? Há de fato, nesta enunciação, uma contradição, um conflito que se instala no centro do dizer como ruptura com a discursividade do discurso religioso?

É o próprio texto que vai nos dar pistas para responder estes questionamentos à medida que vai dizer sobre o mundo, sobre o modo como o “mundo” é compreendido, da perspectiva do enunciador deste texto, a saber, a igreja “Bola de Neve”. Nota-se que a sequência deste fragmento inicial (analisado acima) se desenvolve da seguinte maneira: “*Ser Cristão é andar na contra mão do mundo. Porém, o mundo vicia, Cristo liberta*”. Temos aí, de um lado, a palavra “mundo” reescrita por sinonímia em “o mundo



vicia”. Deve-se ressaltar que este enunciado articula-se aos demais enunciados do texto através do uso do conector “*porém*” que vai textualmente instaurar uma oposição e orientar argumentativamente o funcionamento do texto; por outro lado, observa-se que a expressão “*ser Cristão*” é reescrita por um procedimento de ampliação e é substituída pela palavra “*Cristo*”. Essa manobra semântica torna-se fundamental para compreendermos os sentidos do “*ser Cristão*” neste texto. É a partir dela que começamos a visualizar uma relação de litígio que vai se sustentar nos demais enunciados, como podemos observar nos recortes apresentados abaixo:

2’ (...) *o mundo vicia, Cristo liberta*
2” (...) *o mundo é vício, Cristo é libertação*

3’ *O mundo contamina, Cristo cura.*
3” *O mundo é contagioso, Cristo é cura.*

4’ *O mundo é guerra, Cristo é a paz.*

5’ *O mundo é corrupto, Cristo purifica.*
5” *O mundo é corrupção, Cristo é purificação.*

6’ *O mundo acusa, Jesus perdoa.*
6’ *O mundo é acusação, Jesus é perdão.*

7’ *O mundo é ódio, Deus é amor.*

8’ *O mundo é depressão, Deus é alegria.*

9’ *O mundo é frágil, Deus é poder.*

10’ *O caminho do mundo é largo e leva pro abismo. O caminho de Deus é estreito, mas leva para a vida eterna.*

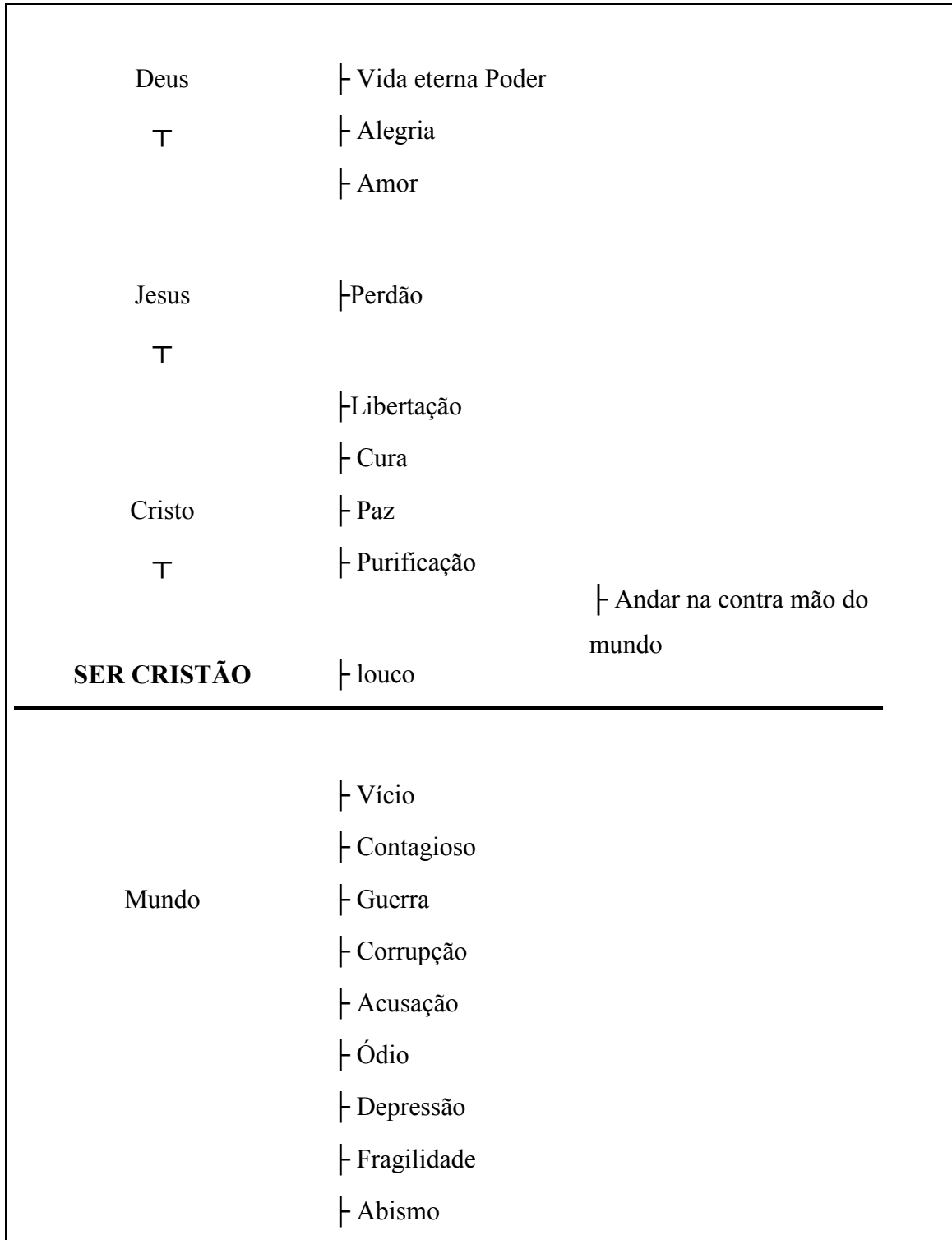
11’ *Se ser Cristão é ser louco, quero ser o mais aloprado de todos.*

Nestes gestos de análise, podemos perceber que a relação semântica que se estabelece nos enunciados coloca em oposição, em confronto, o modo de ser do “*mundo*” e o modo de ser “*ser Cristão*”. Argumentativamente, somos levados a pensar que a tese apresentada nas primeiras linhas do texto é reforçada: “*Ser Cristão é estar na contra mão do mundo*”.

Enquanto “*mundo*” vem sendo reescrito nos enunciados por um procedimento de sinonímia, observamos que “*Cristo*”, palavra que reescreve por ampliação o “*ser Cristão*”, passa a ser reescrita, no recorte 6’ por “*Jesus*” e, nos recortes 7, 8, 9 e 10 por “*Deus*”. Ou seja, há novamente uma substituição, tal como aquela descrita no recorte 2’, que inscreve aí uma hierarquia que se sustenta no domínio do discurso religioso para produzir sentidos. A partir destes recortes, podemos representar o seguinte DSD:



DSD2:



Neste DSD, podemos visualizar de modo mais explícito, a rede semântica que a expressão “*ser Cristão*” coloca em funcionamento no texto analisado. O DSD apresenta-se dividido pela linha transversal que marca a oposição entre “*ser Cristão*” e “*mundo*”. Na parte superior do DSD, determinando o sentido de “*ser Cristão*”, temos



“Deus”, “Jesus” e “Cristo” que, por sua vez, determinam também o sentido de “Vida eterna”, “Poder”, “Alegria”, “Amor”, “Perdão”, “Libertação”, “Cura”, “Paz”, “Purificação”. A expressão “*ser Cristão*” determina, por sua vez, o sentido de “Louco” e de “*andar na contra mão do mundo*”. O sentido de “*ser Cristão*” é constituído ainda pela oposição que esta palavra estabelece com a palavra “*mundo*” (parte inferior do DSD), à medida que “*mundo*” determina o sentido de “Vício”, “Contagioso”, “Guerra”, “Corrupção”, “Acusação”, “Ódio”, “Depressão”, “Fragilidade” e “Abismo”.

Observando a trama semântica que se constrói em torno da expressão “*ser Cristão*”, percebemos que a representação do DSD nos permite visualizar que os sentidos de “*ser Cristão*”, no texto em análise, se constituem no entremeio, como efeito de sentido, da célebre oposição entre o bem (*Deus, Jesus e Cristo*) e o mal (*mundo*). Apesar de, inicialmente, o texto produzir uma aparente contradição no centro do dizer em “*Ser Cristão é muito louco. Ser Cristão é andar na contra mão do mundo*”, a análise mostrou que o funcionamento de sentidos para “*ser Cristão*”, neste texto, vai desconstruindo essa aparente contradição à medida que, ideologicamente, o texto se filia ao discurso religioso e reproduz os preceitos e dogmas cristãos. Em outras palavras, a expressão “*ser Cristão*”, neste acontecimento de dizer, não está significada aí sem nenhum passado. Ela traz consigo uma memória de sentidos do discurso religioso, uma rememoração de enunciações. Apesar de a expressão “*ser Cristão*” se inscrever em uma nova temporalização como latência de futuro e instaurar a conviviabilidade de tempos e de sentidos, ela funciona na mesma rede de significações que se propõe a estabelecer modos de ser coercitivos para o sujeito que busca na igreja uma formação cristã. Nesse sentido, pode-se dizer que a proposta do panfleto da igreja “Bola Neve” guarda sentidos muito atrelados aos dogmas de qualquer outra filiação religiosa, ainda que a igreja “Bola Neve” se apresente e tente se constituir como diferença em relação às demais igrejas ou como uma terceira via para o cristianismo.

REFERÊNCIAS

- GUIMARÃES, Eduardo. "A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido". In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*, IEL, Campinas, SP, v. 51, n.1, p. 49-68, 2009.
- _____. "Domínio Semântico e Determinação". In: *A Palavra: Forma e Sentido*. Campinas: Pontes, 2007.
- _____. *História da Semântica*. Sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas: Pontes, 2004.
- _____. *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.
- _____. *Texto e Argumentação: um Estudo de Conjunções do Português*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2005.
- _____. *Os Limites do Sentido: um histórico semântico-enunciativo da linguagem*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2010.

WEBGRAFIA

- <<http://ligadonabiblia.blogspot.com.br/2011/03/ser-cristao-e-muito-louco.html>>. Acesso em: 26 mai. 2013.
- <<http://www.boladeneve.com>>. Acesso em: 26 mai. 2013.



***Abstract:** In this paper, we propose to investigate the semantic network that is built around the phrase "to be a Christian". From the analysis, based on semantics of the Event, it was possible to understand that the meanings of "being a Christian" in text analysis, constitute the insertion, in the truly sense, the famous opposition between good (God, Jesus and Christ) and evil (world). On the other way, the expression "being a Christian" in this utterance event, the meaning is not there without the past.*

***Keywords:** Christian. Semantics of the Event. Meaning.*



DISCURSO EM IMAGEM: VERDADE, FOTOGRAFIA-DOCUMENTÁRIO E O INVENTÁRIO DO REAL¹

Ismara Tasso²

Resumo: Neste artigo, o percurso traçado pelo movimento analítico arqueogenealógico visou compreender como a série enunciativa iconográfica do acontecimento “Brasil, 500 anos” alçou o status de inventário do real, a partir do modo como corpos em vigília foram retratados pela mídia, desvelando, com isso, modos de dizer e de olhar a interculturalidade na contemporaneidade em tempo e espaço inapropriados ao indesejável acontecimento. O estudo demandou reflexões sobre a prática discursiva midiática circunscrita ao acontecimento para as quais delineamos procedimentos analíticos ajustados à empreitada de escavar e de desvelar espaços de revigoração do acontecimento materializado em fotografias-documentais/monumentais. Para tanto, apontamos relações que permitiram a individualidade dos enunciados relativos aos dispositivos interculturalidade, política afirmativa e biopolítica, assim como, identificar a intolerância como o referencial para as condições de (co)existência enunciativa e para a condição de realidade da dispersão do objeto constituído por essa série enunciativa.

Palavras-chave: Acontecimento. Fotografia-documento. Inventário do real. Biopolítica.

INTRODUÇÃO

Na imensurável distância entre o dado e a intrincada novidade, o percurso aqui proposto perpassa terrenos, não raros, conflituosos e fartos de contradição, dos quais destacamos aqueles circunscritos a políticas afirmativas urdidas em condições específicas de existência enunciativa, cujas bases de sustentação têm seu aparato na biopolítica. Perspectiva pela qual se intenta compreender os regimes de visibilidade e de invisibilidade inscritos na materialidade discursiva imagética composta por uma série enunciativa, cuja ulterioridade a constitui documental, dada a possibilidade de transpor a condição *noemática*³ inerente e irrestrita das imagens enredadas na instância da memória discursiva, em especial aquelas circunscritas à fotografia.

Tatear dimensões operacionais entre imagem, história, memória e cultura na mídia implica, entre outros procedimentos, traçar o modo como a singularidade do ato responsável pelo “*interfuit*” de certa imagem é constituído. Gesto despendido à apreensão, pelo viés discursivo, do que possibilita a uma imagem evocar que o que se encontra reproduzido existiu e esteve em um determinado espaço, em determinado “instante” temporal para, então, investir na transposição das barreiras que sustentam a

¹ Estudo teórico-analítico desenvolvido no pós-doutoramento – Programa Procad-CAPES UEM/UNICAMP

² Pós-doutora pelo IEL/UNICAMP. Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP/Araraquara. Professora do Departamento de Língua Portuguesa e do Programa de Pós-Graduação em Letras da UEM/PR. Email: tassojs@terra.com.br.

³ As noções fundantes do conceito noema encontram-se na obra *A câmara clara* de Roland Barthes (1984).



ilusória evidência do real. Nessa direção, procede-se à cata de desvelar, desse duplo emoldurado e produzido em circunstâncias específicas, o instante vivido, consagrado que faz emanar, imensuravelmente, efeitos miméticos da realidade. Seria essa uma forma de compreender a verdade do presente? Ou ainda, de estabelecer as condições de possibilidade de buscar, na teia discursiva composta por imagens documentais, o que existiu em certos regimes de olhares em governamentalidade? Poderia, assim, pela mobilização do “isso-foi” do instantâneo, em suas múltiplas interfaces, instaurar uma cartografia do “real” passado ao fugaz presente?

Sob tal delineamento e indagações, o presente estudo visa tratar dos modos como corpos em vigília são retratados em discursos da mídia e a imagem do acontecimento instada a compor o inventário fotográfico do real. Escopo que toma a expressão “corpos em vigília” para além de compreendê-la, de forma pontual e específica, como populações que se encontram à margem da sociedade brasileira, alvo de transformações socioculturais e políticas e que se mantém em constante estado de vigilância, de cautela e de resistência à imposição do outro – aquele que lhe serve de parâmetro e de equiparação. Compreender o presente, nessa medida, corresponde ao papel de escavar discursividades em territórios políticos e midiáticos, em busca de “pontos de orientação” à subjetivação dos sujeitos em cuja governamentalidade pulsa a força que os impele a traçar para si “novos objetivos de vida e novos padrões de conformidade para substituir aqueles que costumavam ser fornecidos pelas comunidades em que as vidas humanas, do berço ao túmulo, se inscreviam, mas que se extinguíram, ficaram inacessíveis ou caíram [ou se encontram prestes a cair] em desuso” (BAUMAN, 2003, p. 114).

Assim, a significação para a expressão “corpos em vigília” adianta-se à que se define na complexa rede discursiva circunscrita a condições de emergência e de existência afetas à diversidade – universal concreto de toda a realização humana (SODRÉ, 2006) – ou a espaços de contradição à orientação sobre a conduta política e social ao diferente. Nessa tessitura, o termo “corpos” comporta os sujeitos da diversidade que se encontram, pela própria condição de existência, em entre lugares; estes que comumente são demarcados por uma geografia econômica, política e cultural, não de todo consensuais. Razão de esses lugares se constituírem em espaços multifacetados do diverso, do que pertence ou não, do que se reconhece ou não, do que se identifica ou não; por isso, lugares nos quais os jogos de força se estabelecem em meio a uma rede discursiva complexa. Dessa feita e à esteira do dizer de Augê (1994), trata-se de “lugares de polaridades fugidias”, já que um desses polos compreende e representa o lugar nunca apagado, enquanto o outro corresponde ao lugar que nunca se realiza plenamente. A bipolaridade imaginária, neste caso, é um efeito da condição desigual em que “ser local num mundo globalizado é sinal de provação e degradação social” (BAUMAN, 1999, p. 8). Nessa direção, corpos são instâncias da materialidade constituinte de superfícies de inscrição de acontecimentos discursivos. Em conjunção com a expressão “em vigília”, “corpos” compõem a fórmula designativa de população minoritária, cuja ordem organizacional justifica-se em torno do compartilhamento de uma identidade cultural, seja ela pautada por definições de gênero, etnia, raça,



orientação sexual ou de outro modo de vida compartilhado que impõe demandas por políticas específicas. Nesse seguimento e para a presente proposição, corpos em vigília correspondem aos sujeitos biologicamente constituintes de etnias indígenas⁴, cujas forças mais imediatas de manifestação ganham visibilidade nas instâncias da cultura. Estas que, nas palavras de Bauman (2012, p.28), comportam o fenomenal paradoxo “o que quer que sirva para a preservação de um padrão também enfraquece seu poder, [pois] a busca da ordem torna toda ordem flexível e menos que atemporal”, razão de o termo abarcar também o contido em corpo social. A cultura, de acordo com esse teórico, sofre, na atualidade, a tendência de ser avaliada

[...] tanto[como] um agente da desordem quanto um instrumento da ordem; um fator tanto de envelhecimento e obsolescência quanto de atemporalidade. O trabalho da cultura não consiste tanto em sua autoperpetuação quanto em garantir as condições para futuras experimentações e mudanças (BAUMAN, 2012, p. 28).

Nesses parâmetros, a cultura é fator de unidade, mas também é o de segregação, quando regida precisamente pelas diretrizes da diversidade cultural⁵. Ordem política que subsidia o processo de assimilação do indígena à sociedade não indígena por dispositivos de subjetivação, amparados em regimes de verdade sobre o cerceamento da intolerância ao diferente. No exercício da governamentalidade, os princípios da biopolítica regem condutas institucionais que primam por tornar visível a concessão de direitos plenos da cidadania ao sujeito da diversidade, com vistas a atender às crescentes demandas sociais. Dinâmica que possibilita a tesauroização do sujeito indígena da contemporaneidade.

Diante disso, o olhar reflexivo empreendido procura se estabelecer com vista a ultrapassar encadeamentos ajustados à medida de sucessões aparentes, à procura dos dispositivos que regem a descontinuidade característica da contemporaneidade. Valemo-nos, para isso, de reflexões acerca do acontecimento discursivo “Brasil 500 anos”, de modo a compreendê-lo sob a força da transformação do descontínuo, trajetória alinhavada com o distanciamento das amarras da história em sua forma clássica, para a qual “a descontinuidade [fora] estigma de dispersão temporal que o historiador tinha o encargo de suprimir da história” (FOUCAULT, 2000, p. 84). Dessa forma, este estudo

⁴ Destacamos que tal população tem seu reconhecimento instituído pela Lei 14.453/07, sancionada pelo Governo do Estado do Paraná, que dispõe sobre a Política Estadual de Apoio às Comunidades Indígenas do Estado do Paraná. A Lei define, para efeito de sua aplicação, em seu Art. 1 – parágrafo único, que (i) os povos indígenas compreendem “as coletividades que se distinguem entre si e no conjunto da sociedade nacional em virtude de seus vínculos históricos com populações de origem pré-cabraliana”; e (ii) como comunidade indígena, “o grupo humano local, parcela de um povo indígena organizada segundo seus usos, costumes e tradições e localizadas no território nacional independentemente da situação das terras que ocupem”.

⁵ Não nos deteremos às especificidades da evolução terminológica de “diversidade cultural”, contudo, o termo é tomado pela força sociopolítica conquistada pela emergência enunciativa em que se inscreve no campo discursivo, e em cujos efeitos contribuíram para a realização da “Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais”, celebrado na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura em sua 33ª reunião, em Paris, em outubro de 2005.



de natureza teórico-analítico prioriza a compreensão do modo como a força verídica do enunciado se instaura na visibilidade do texto, reservando à opacidade da linguagem iconográfica um conjunto de possibilidades de atualizar a narrativa do rito da “descoberta”. Trata-se de um investimento que demanda a constituição dos sentidos pelos vieses da língua, da história e da memória. Vieses pelos quais a mídia, na esteira complexa do funcionamento discursivo, coloca em jogo a perversa sentença “fazer viver e deixar morrer” – princípio da biopolítica foucaultiana que rege a norma constituinte de regimes do dizer e do olhar corpos em vigília.

REGIMES DE VERDADE E PRÁTICAS DISCURSIVAS: CONTRAPONTO ENTRE MATERIALIDADES SIGNIFICANTES

A prática de leitura iconográfica implica essencialmente atentar para o fato da inadequação de um estudo que trate apenas do visível e refute a possibilidade de a palavra recuperar o que se vê, porque "o que se vê não se aloja jamais no que se diz, e por mais que se faça ver o que está dizendo por imagens, metáforas, comparações, o lugar onde estas resplandecem não é aquele que os olhos descortinam, mas aquele que as sucessões da sintaxe definem" (FOUCAULT, 1999a, p.12), já que os elementos constituintes do enunciado imagético organizam-se de forma própria, alinear. Comporta, assim, uma modalidade de escritura cujos vínculos com o universo simbólico mantêm-se por diferentes materialidades e cujo elo estabelece-se em torno de um acontecimento discursivo. Dessa forma, os sentidos não se encontram apenas no que nos é mostrado, mas na conjunção do visível com o inteligível e no entrecruzamento de diferentes formações discursivas e de campos associados. Complexidade que delega ao inteligível o pertencimento ao plano do conteúdo e o visível ao da forma.

No universo arquitetônico da leitura iconográfica, as condições instituídas para a (i)legibilidade de um texto têm suas amarras na constituição do estatuto que regeu a interpretação até o século XIX, formalizado para a modalidade verbal. Estatuto que manteve tal processo inscrito na ordem das lógicas consensuais e fortemente alicerçado em bases referenciais do século XVI, época em que os signos se distribuíam num espaço homogêneo, em todas as direções, de uma maneira também reconhecidamente homogênea. A interpretação tratada sob tais moldes teve seus indícios de superação, a partir do século XIX, com as contribuições de Freud, Marx e Nietzsche. Desde então, os signos foram escalonados em um espaço diferenciado, seguindo a dimensão denominada profundidade⁶, entendida, conforme explicitada por Foucault (2000, p. 43-44), não como interioridade e sim como exterioridade. De mais a mais, nesse seguimento, a verdade tem:

⁶A categoria profundidade fora instituída por Nietzsche e se referia, segundo Foucault (2000, p.44), à “busca pura e interior da verdade”. Nesses termos, a profundidade implicaria a resignação, a hipocrisia, a máscara, e requeria do intérprete, “ao percorrer os signos para denunciá-los”, que ele chegue ao “fim da linha vertical e [mostre] que essa profundidade da interioridade é, na verdade, outra coisa do que ela diz”.



[...] instantes propícios, lugares privilegiados não somente para sair da sombra, mas, sem sombra de dúvidas, para *produzir-se*; se há uma geografia da verdade, é aquela dos sítios onde ela reside (e não apenas dos lugares onde nos colocamos para melhor observá-la); sua cronologia é a das conjunções que lhe permitem chegar como um acontecimento (e não aquela dos momentos dos quais se deve aproveitar para apercebê-la, como entre duas nuvens), [...] [pois] a verdade não é da ordem daquilo que é, mas do que ocorre: acontecimento. [...] nós a captamos segundo as ocasiões: estratégia e não método. (FOUCAULT, 1999b, p. 281-2).

Formulação esta que permite tomar o discurso, na perspectiva em discussão, desfazendo-se os “laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas”, e independente de ele se encontrar materializado pelo verbal ou visual. Sobretudo, porque um discurso, tal como afirma Foucault (1997, p. 56), é possível de ser ouvido como também de ser lido. Contudo,

[...] sob a forma de texto, não [é], como se poderia esperar, um puro e simples entrecruzamento de coisas e de palavras: trama obscura das coisas, cadeia manifesta, visível e colorida das palavras, [não é tampouco] uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência (FOUCAULT, 1997, p. 56).

O discurso é mais do que isso, é prática em cujo funcionamento forma sistematicamente os objetos de que fala. Dotado de um conjunto de enunciados, ele possui um mesmo princípio organizador que não se reduz às questões de língua nem tampouco aos atos de fala. É isso o que se destaca como o que mais importa fazer aparecer do discurso; que é preciso descrever e dele estabelecer procedimentos, os quais fazem aparecer um conjunto de regras relativo à prática discursiva (FOUCAULT, 1997). Esta que, por sua vez, se constitui em elemento de inquietações e na qual se reconhece estar circunscrito o objeto de que se trata. Compreendendo-se, assim, que “essas regras definem não a existência muda de uma realidade, não o uso canônico de um vocabulário, mas o regime [de formação desse] objeto” (FOUCAULT, 1997, p. 56), com intervenções do saber técnico, que se encontra permanentemente em evolução. Trata-se de modos de caracterização de uma prática discursiva.

Isso posto, trazer à reflexão modos de dizer e de olhar discursivamente corpos em vigília, em circulação na mídia e na contemporaneidade, implica a submissão às condições sobreditas e, necessariamente, dispor delineamentos acerca de instâncias privilegiadas do exercício do poder e de relações saber-poder que se estabelecem nesse campo de atuação. O acercamento dessas instâncias, circunscritas a práticas discursivas midiáticas, é condição para se desvelar os espaços possíveis de revigorecimento de acontecimentos, cuja história e memória se perpetuam na atualidade dos fatos, mantendo-os conectados a uma complexa rede enunciativa detentora de regras próprias de funcionamento que busca equilíbrios estáveis e difíceis de serem rompidos. Condições de possibilidade de os enunciados-acontecimento dizerem-se, no jogo de uma exterioridade, sem o risco de que o dito desapareça ao acaso e com a expectativa de que os procedimentos adotados façam aparecer a lei na qual se detenha as regras para a enunciabilidade e o funcionamento discursivo.



Certificado o *status* identitário de tais enunciados, os discursos nos quais se inscrevem são autenticados a ocupar um campo singular e monumental ao qual se destinam todos os demais que com eles mantêm essa mesma identidade e em cujo diagnóstico revela a condição de realidade de sua dispersão. Esse espaço de propriedade monumental e para o qual Foucault denomina arquivo “não é descritível em sua totalidade; e é incontornável em sua atualidade. Dá-se por fragmentos, regiões e níveis, melhor sem dúvida, e com mais clareza na medida em que o tempo dele se separa”, e que permite analisar os enunciados-acontecimento como constituintes da “orla do tempo que cerca nosso presente” e “que fora de nós, nos delimita”. Nessa conjuntura, ter o limiar de sua própria existência “instaurado pelo corte que nos separa do que não podemos mais dizer e do que fica fora de nossas práticas discursivas”, a partir “dos discursos que começam a deixar justamente de ser os nossos”, que se desprendem “de nossas continuidades” e se dissipam de identidades temporais (FOUCAULT, 1997, p. 151).

Isso nos impele a destacar a força primária e constituinte de uma imagem, a força maior da linguagem visual que pode, num primeiro momento, condensar a ideia de que, em razão de sua natureza peculiar, os sentidos sejam apreendidos por seus componentes da visibilidade, estes que lhes proporcionam um caráter imediato ou mesmo, um efeito de evidência espontânea; porém e, sobretudo, a perspectiva discursiva trilha para além dessa tomada, ela caminha em busca de compreender como essa força atua sobre os sujeitos, o que ela contempla sobre uma determinada sociedade, população ou realidade política e social, já que uma prática discursiva imagética pode “encobrir” o dizível, o que se reverbera na trama discursiva, as relações de saber e de poder implicadas na instância da invisibilidade. Deliberar essa força-tarefa demanda, pois, o corte sobre práticas discursivas especificadas no elemento do arquivo.

Tratar, assim, da materialidade discursiva imagética com pujança monumental requer, de início, que seja definido o acontecimento que é revigorado no tempo e no espaço, perspectiva assumida nesta sessão e medida pela qual tomamos por princípio a dimensão imagética documental como a que comporta uma realidade ausente que delega sobre a materialidade discursiva, de forma que a história e a memória possam ser definidas no seu próprio tecido. A história sob tal formatação distancia-se da justificativa antropológica, apoiada em:

[...] uma memória milenar e coletiva que se servia de documentos materiais para reencontrar o frescor de suas lembranças; ela é a utilização de uma materialidade documental (livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes etc) que apresenta sempre e em toda parte, em qualquer sociedade, formas de permanência, quer espontâneas, quer organizadas. O documento não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, e de pleno direito, *memória*; a história é para a sociedade, uma certa maneira de dar status e elaboração à massa documental de que ela não se separa. [...] em nossos dias, a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e que desdobra, onde se decifram rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos (FOUCAULT, 1997, p. 7-8).



A legibilidade de um documento demanda, pelas implicações que a circunscrevem, problematizar a unidade do discurso em relação ao espaço comum em que vários objetos se perfilam e continuamente se transformam, conforme apontamentos apresentados por Foucault (2000, p. 98-99), ao Círculo de Epistemologia. De início, o que se faz necessário destacar nesse processo, segundo Foucault, é a relação que permite individualizar um conjunto de enunciados relativo a um dispositivo, realizada por meio da definição da regra de aparecimento simultâneo ou sucessivo do objeto nomeado, descrito, analisado, apreciado ou julgado. Em seguida, sob a mesma perspectiva, requer-se a identificação da lei de exclusão ou de implicação recíproca do objeto nesse conjunto enunciativo; e, por fim, reconhecer o sistema que rege a transformação do objeto que constitui o dispositivo desse mesmo conjunto. Esses procedimentos conferem unidade ao discurso, esclarece Foucault (2008); tal como se pode constatar no caso dos discursos sobre a loucura ou em outros dispositivos, dentre estes, a diversidade cultural na contemporaneidade. É um empreendimento analítico deveras complexo, uma vez que a unidade discursiva requer, assim, incumbir-se de

[...] definir um conjunto de enunciados no que ele tem de individual, [e que] não consiste em individualizar seu objeto, em fixar sua identidade, em descrever as características que ele conserva permanentemente; ao contrário, é descrever a dispersão desses objetos, apreender todos os interstícios que os separam, mediar as instâncias que reinam entre eles – em outros termos, formular sua lei de repartição. [...] o referencial ou lei de dispersão de diferentes objetos ou referentes colocados em ação por um conjunto de enunciados, cuja unidade se encontra precisamente definida por essa lei (FOUCAULT, 2000, p.99).

Perspectiva sobre a qual este estudo se atém a fim de interrogar o já-dito em condições específicas de sua existência. Acercamo-nos sobre um recorte do acontecimento “Brasil, 500 Anos”.

O INVENTÁRIO DO REAL E O ACONTECIMENTO “BRASIL, 500 ANOS”

Na dispersão dos objetos constituídos pela série enunciativa “Brasil, 500 anos”, a paradoxal atuação do “*modus operandi*” do tempo presente, legitimada em práticas discursivas midiáticas, cria espaços de (in)visibilidade acerca do acontecimento para a matéria discursiva do arquivo constituinte do inventário fotográfico do real. Jogo pelo qual a mídia é suporte para o exercício da governamentalidade que rege, de forma contundente, o como a inclusão e a exclusão são discursivizadas no Brasil, e dessa forma instituem regimes de conduta para o dizer e para o olhar o acontecimento a que se denominou “comemorações dos 500 anos do Brasil”. Assim, no encaixe da série enunciativa constitutiva do recorte temático circunscrito ao acontecimento, privilegiamos, a fim de delegar reflexões teórico-analíticas, a busca por compreender as condições de (co)existência enunciativa para o dispositivo interculturalidade ou pluralidade cultural, em cujos pontos de deriva encontra-se o desafio para a superação dos conflitos existentes entre o Estado e a sociedade indígena. Encaminhamentos assumidos, sem deixar de lado as condições da emergência que tecem a trama discursiva



constituída pelo entrelaçamento do passado com o presente, bem como para as suas projeções futuras. Nessa direção, a relação saber-poder que permite individualizar o conjunto de enunciados, relativo ao dispositivo em questão, é aquela que se estabelece pelo verdadeiro da época e se encontra regida pela biopolítica – tecnologia do poder formulada com a finalidade de promover a segurança e em cujo ordenamento envolve tudo o que põe em risco a vida da população.

Sob tal abordagem, a pluralidade cultural, ou interculturalismo, é aqui concebida, como um dispositivo da política afirmativa e a biopolítica como dispositivo de segurança da governamentalidade, já que ambos enfatizam ações de cuidado, de proteção e de defesa das populações de minoria étnica. Atuações cujas regras se estabelecem a partir do respeito à tolerância ao que é diverso, por isso, a intolerância torna-se o referencial sobre o qual as relações saber-poder se estabelecem. Isso tudo aliado à condição de que as mídias desencadeiam a própria questão da sedimentação do espaço de circulação e de apropriação enunciativa que realimenta o acontecimento “Brasil, 500 anos”.

Desse modo, a rede midiática que cobria as atividades relativas às festividades do quinto centenário do Brasil teve papel preponderante sobre o que veio a se tornar um dos episódios “mais infelizes, desastrosos e vergonhosos” da história sobre essa comemoração. Acontecimento e objeto sobre o qual todo o empenho volta-se, no aqui e agora, para a mobilidade das categorias nocionais de uma cadeia relacional entre língua, história, e memória, no campo das múltiplas linguagens e das hibridizações. Mais precisamente, trata-se das condições de existência enunciativa acerca do episódio que promoveu o aparecimento simultâneo do que se nomeou, descreveu, analisou, apreciou e julgou, em cadeia global, como ato de violência da polícia brasileira em repressão aos integrantes do Movimento “Brasil Outros 500”.

Nessa direção, iniciamos nossas ponderações servindo-nos das palavras de Barros (2006, p.3), a fim de destacar que a diversidade cultural não é somente referência atribuída “aos diversos modos de agir com e sobre a natureza, mas também aos dinâmicos e inesgotáveis processos de atribuição de sentidos e significados”. Dentre os quais se incluem as reflexões relativas às:

[...] posturas que pregam a possibilidade de regras de comportamento segundo uma lógica de matriz universalista e aquelas que defendem a necessidade de atentarmos para as especificidades culturais dos agrupamentos humanos concretamente situados, e que, [segundo o Ioris] ainda carecem de uma resolução conceitual plenamente satisfatória por parte de ambos os lados da disputa (IORIS, 2007, p. 29).

Vale destacar, ainda, seguindo o pensamento de Barros (2006, p.4), que os indicadores utilizados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para a avaliação do processo atrelado à questão da diversidade são os “de mudança social e econômica em termos de potencialidades e [de] capacidades do ser humano, incluindo sua liberdade social, econômica e política, bem como suas oportunidades de saúde, educação, criação e a possibilidade de desfrutar [do] respeito pessoal e dos direitos humanos”. Razão de o direito à cultura, a partir dos anos de 1970, ser “entendido como direito à produção, difusão e consumo de sua própria cultura e da cultura do outro, [que] passa a fazer parte do conceito de desenvolvimento humano”.



Importa-nos ainda ressaltar que, à época do evento das comemorações dos 500 anos do Brasil, vigorava a “Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas”, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, proclamada na Resolução 47/135, de 18 de Dezembro de 1992. Tal documento: (i) contemplava a consideração da promoção e da proteção dos direitos das pessoas pertencentes a minorias nacionais ou étnicas, religiosas e linguísticas como forma de contribuição para a estabilidade política e social dos Estados onde vivem essas pessoas; (ii) sublimava a constante promoção e realização dos direitos dessas pessoas como parte integrante do desenvolvimento da sociedade no seu conjunto e num enquadramento democrático baseado no princípio do Estado de Direito, e como contribuição para o reforço da amizade e cooperação entre povos e Estados; (iii) em seu Artigo 2º, declarava o direito de essas pessoas participarem efetivamente na vida cultural, religiosa, social, econômica e pública; (iv) em seu Artigo 4º, delegava aos Estados o dever de adotar medidas necessárias a fim de garantir às pessoas pertencentes a minorias o exercício pelo e eficaz de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais sem qualquer discriminação e em plena igualdade perante a lei.

Feitas tais considerações, o ponto de partida das reflexões, em formulação, tem, pois, a interculturalidade como dispositivo da política afirmativa e como inquietação as questões: (1) a mídia impressa, ao dar visibilidade para os sujeitos da diversidade, atende aos princípios da imparcialidade em detrimento aos da intolerância? Quais mecanismos ou estratégias linguístico-discursivos são empregados pela mídia impressa na obtenção de determinados sentidos e não outros, uma vez que o que se coloca em jogo é a credibilidade do Governo Federal que, por ocasião das comemorações dos 500 anos do Brasil, “expôs a nação brasileira ao mundo” como intolerante às reivindicações dos indígenas sobre a questão da (des)territorialização, impedindo os representantes dessa etnia de participarem das atividades do evento, no dia 22 de abril de 2000?

À época, as matérias jornalísticas – entre excessos, comedimento e polidez no trato das informações sobre o acontecimento – anunciaram⁷ que, em cumprimento às ordens da Defesa Civil, a ação do Batalhão contra os integrantes da passeata rumo a Porto Seguro (BA), objetivava “barrar” a marcha “dos manifestantes” até o local oficial das comemorações. Ação que fora justificada como medida preventiva e de segurança, a pedido de lideranças indígenas, após a Conferência dos Povos Indígenas, realizada em Coroa Vermelha, no dia que antecederia as atividades comemorativas do dia 22 de abril de 2000. As reportagens, em geral, relacionaram o ocorrido com as manifestações de insatisfação dos representantes indígenas tendo em vista os encaminhamentos adotados pelo Governo Federal, ou pela falta deles, às questões de legalização e de demarcação de terra. Tais condições circunscreveram, assim, o desenrolar da ação “repressiva”

⁷Disponíveis em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2000/04/22/2>>, <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2000/04/23/2>>, <<http://www1.folha.uol.com.br/fof/brasil500/reportagens.htm>>, <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2304200002.htm>>, <<http://www2.uol.com.br/aregiao/art/dthame4.htm>>, <<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=1140>>, <<http://profmazucheli.blogspot.com.br/2010/05/depoimento-de-gildo-jorge-terena-gildo.html>>, <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/pb05052000.htm>>, <<http://epoca.globo.com/edic/20000501/brasil1.htm>>, <<http://www2.uol.com.br/aregiao/art/massacre.htm>>, <<http://www.portonewsnet.com.br/?mw=news&w=3597>>. Acesso em: 15 abr. 2013.



contra os indígenas que teriam motivado o gesto “destemido” do índio Gildo Terena diante do Batalhão de Choque. Cenas flagradas pelo repórter-fotográfico Lula Marques e às quais nos reportamos, dadas as suas condições de existência transporem as delimitações de sua fecundidade teórica, noções elementares indiciais ou icônicas; por fim, virem alimentar arquivos midiáticos e se consagrarem monumentos.

PONTOS DE ORIENTAÇÃO PARA A CARTOGRAFIA DO INVENTÁRIO DO REAL: A INTOLERÂNCIA COMO REFERENCIAL

As cenas retratadas compõem, na atualidade, o inventário do real. Formam, a partir do instante flagrado, o “*interfuit*” responsável pelas criações de realidades ausentes, de realidades imaginárias e de representações, cujos gestos de leitura podem revelar o que não se deseja lembrar ou retomar, o acontecimento discursivo. Viés que a fotografia permite assumir.

Dada a perspectiva sob a qual o flagrante fora registrado, as imagens do confronto ganharam status de testemunho, com isso, eternizaram o inesperado do dia festivo do aniversário do país. No conjunto da operação maquínica, técnica, estética e discursiva, o regime do olhar o acontecimento enuncia, não as comemorações e sim a “violência” da corporação fardada contra os corpos em vigília, que se encontravam, na cena, representados por um dos integrantes da marcha a caminho do evento oficial.

Dessa forma, sob a ótica dos sujeitos da diversidade, o quadro dá visibilidade à desigualdade de forças. O índio Gildo Terena, desarmado, coloca-se sem resistência diante da Tropa de Choque. Os gestos dele são de apelo ao não avanço do Batalhão que, nas três imagens aqui apresentadas, ignora-o. As cenas exibiram o indígena em condições de significativa humilhação: de joelhos com os braços entrecruzados às costas (Foto 1), de joelhos com os braços abertos (Foto 2), estirado ao solo – rodovia – em posição de crucificação (Foto 3), e sendo ultrapassado pelos policiais que agiam como se nenhum obstáculo existisse obstruindo o caminho.



Foto1 - Terena diante do batalhão: gesto 1.
Fonte: Arquivos do autor.



Foto 2 - Terena diante do batalhão: gesto 2.
Fonte: Arquivos do autor.



Foto 3 - Terena diante do batalhão: gesto 3.
Fonte: Arquivos do autor.



As imagens fotográficas do episódio circularam nas mídias do mundo todo e produziram efeitos que convergiram em comoção de inúmeros segmentos da sociedade, o que causou um proeminente mal-estar às autoridades brasileiras; pois, ignorar o apelo de Terena (e o que ele representava) gerou efeitos irreversíveis ao Governo. Repercutiu e representou o desrespeito à minoria étnica. Tratava-se de ações contraditórias ao que era proposto pelo Estado que se declarava sensibilizado com as causas indígenas. A desarmonia entre as políticas afirmativas e o seu efetivo exercício estava anunciada aos “quatro cantos do mundo” pelo modo como a intolerância interveio nas relações saber-poder entre Governo e minorias étnicas. A contradição revelada pelas condições de emergência e de (co)existência enunciativas estava instaurada. A mídia incumbiu-se de fazer circular a inabilidade do Governo Federal no equacionamento de diferenças e de tensões, bem no exercício da biopolítica. Assim, o modo como a mídia estabeleceu, discursivamente, as relações saber-poder acerca desse acontecimento, recorrendo à hibridização de instâncias da linguagem e de dispositivos teórico-analíticos, criou as possibilidades para que fosse traçada a cartografia do real, atemporalmente do passado ao fugaz presente, de forma que a opacidade que pairava sobre o dispositivo da interculturalidade transpôs, inusitadamente, as margens para ocupar o lugar central das comemorações dos 500 anos. Percurso que atribui ao presente a manutenção da conduta de intolerância. O inventário do real fotográfico, assim constituído, impossibilitou que os sentidos fossem outros, uma vez que as cenas não permitiram visualizar os sujeitos que integravam a passeata. A presentificação do acontecimento, pelo gesto analítico empreendido, a partir dos elementos políticos e midiáticos constitutivos do verdadeiro da época, coloca em funcionamento a *parresía*, “discurso pelo qual o fraco, a despeito de sua fraqueza, assume o risco de criticar o forte pela injustiça que ele cometeu” (FOUCAULT, 2010, p. 125).

CONSIDERAÇÕES EM (DES)CONTINUIDADES

O percurso traçado pelo gesto descritivo-interpretativo arqueogenealógico estabeleceu-se em busca de compreender como a série enunciativa iconográfica do acontecimento “Brasil, 500 anos” alçou o status de inventário do real, a partir do modo como corpos em vigília foram retratados, desvelando, com isso, modos de dizer e de olhar a interculturalidade na contemporaneidade em tempo e espaço inapropriados ao indesejável acontecimento. O estudo demandou reflexões sobre a prática discursiva midiática circunscrita ao acontecimento para as quais delineamos procedimentos analíticos ajustados à empreitada de escavar e de desvelar espaços de revigoração do acontecimento materializado em fotografias-documentais/monumentais. Para tanto, apontamos relações que permitiram a individualidade dos enunciados relativos aos dispositivos interculturalidade, política afirmativa e biopolítica, assim como identificar a intolerância como o referencial para as condições de (co)existência enunciativa e para a condição de realidade da dispersão do objeto constituído por essa série enunciativa.



Assim, olhares dispersos puderam avançar em direção à invisibilidade dos discursos e apreender, no jogo discursivo, os pontos de orientação que deram visibilidade ao exercício da governamentalidade ao desalojar formas e forças as quais possibilitaram reconhecer os dispositivos que promoveram a contradição, abalaram discursos sobre a igualdade na interculturalidade, destacando os efeitos do político no social.

REFERÊNCIAS

- AUGÊ, Marc. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. 9. ed. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- BARROS, José Márcio. "Diversidade cultural e desenvolvimento humano". In: *Diversidade cultural: o debate internacional para a sua preservação*. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Diretoria de Arte e Cultura. Belo Horizonte: Fumarc, 2006.
- BARTHES, Roland. *A câmera clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- _____. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- _____. *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- _____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.
- _____. "A casa dos loucos". In: MOTTA, Manoel Barros da (Org). *Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*. Rio de Janeiro: Forense, 1999b, pp. 281-286.
- _____. Nietzsche, Freud, Marx. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org). *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Ditos e escritos III. Rio de Janeiro: Forense, 2000. p. 40-55.
- _____. "A linguagem ao Infinito". In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 47-59.
- _____. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. *O governo de si e dos outros: curso no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- IORIS, Rafael Rossotto. *Culturas em choque: a globalização e os desafios para a convivência multicultural*. São Paulo: Annablume, 2007.
- SODRÉ, Muniz. Diversidade e diferença. *Revista Científica de Información y Comunicación*. Sevilla, v. 3, 2006. Disponível em: <<http://www.ic-journal.org/>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

Abstract: *The pathway delineated by the analytic archeo-genealogical movement tried to understand how the iconographic enunciation series of the event called "Brazil, 500 years" reached the status of inventory of the real through the manner vigilant bodies were pictured in the social media. The above revealed ways of saying and looking at interculturality within contemporaneity in time and space which were inappropriate for the undesired event. Research forwarded reflections on the social media's discursive practice circumscribed to the event for which the analytic procedures adjusted to the task of excavating and revealing strengthening spaces of the event materialized in photographs-documents/monuments were delineated. Relationships that allowed the individuality of the enunciations related to the devices interculturality, positive policies and biopolitics have been pointed. Intolerance as the referential for conditions of enunciative (co)existence and for the conditions of reality of the dispersion of the object formed by the enunciation series has also been identified.*

Keywords: *Event. Documentary photography. Inventory of the real. Biopolitics.*



IDENTIDADE SOCIOCULTURAL DO PLANALTO NORTE CATARINENSE¹: UMA REALIDADE (IN)VISÍVEL²

Maria Luiza Milani³

Resumo: A reflexão refere-se à realidade identitária (in)visível do Planalto Norte Catarinense, decorrente de seu desenvolvimento sócio-histórico. O tema emerge das produções acerca dessa parte do Estado, que questiona os traços da/na identidade sociocultural do Planalto Norte Catarinense, se são originados da sua colonização ou do movimento do Contestado? Para o desenvolvimento da reflexão, recorre-se a bibliografias de autores locais-regionais, bem como, aos conhecimentos e pesquisas recolhidos em 14 anos de observações sobre esse território. Entende-se que uma cultura caracterizada pelas contradições construídas historicamente, a presença da igualdade e da diferença, do destaque a um viés hegemônico da produção e do desenvolvimento econômico, não acarreta isolamento de grupos, mas os faz diferentes quando há outros elementos culturais inseridos na sua cultura. Para se conhecer uma realidade e nela sua identidade, a qual ao mesmo tempo mantém e transforma seu sentimento de pertencimento, é preciso desvelar os interferentes provenientes das miscigenações (étnica, religiosa, filosófica e ideológica) que dão um traço plural à identidade. Por isso, na identidade do Contestado é mais evidente os traços do processo de colonização que antecede à guerra do Contestado.

Palavras-chave: Identidade sociocultural; Contestado.

INTRODUÇÃO

A reflexão refere-se à realidade identitária (in)visível do Planalto Norte Catarinense, decorrente de seu desenvolvimento sócio-histórico. O tema emerge das produções acerca dessa parte do estado catarinense, que apresentam aspectos determinantes da formação sócio-histórica, econômica e cultural do território.

A questão central desta reflexão indaga se os traços mais marcantes na identidade sociocultural do Planalto Norte Catarinense são provenientes da colonização ou do

¹ Recorte territorial composto pelos municípios de: Canoinhas, Papanduva, Itaiópolis, Monte Castelo, Major Vieira, Três Barras, Bela Vista do Toldo, Irineópolis, Porto União, Mafra e Rio Negrinho. Esta demarcação é uma entre as diversas de se referenciar parte do estado de Santa Catarina. Este território é um recorte da Região do Contestado, no qual ocorreu o movimento do Contestado entre os anos de 1911 a 1916. Recentemente, a organização político-administrativa do Estado, atribuiu outras duas referências territoriais que abrangem ora uma parte ora outra parte destes municípios: Associação dos Municípios do Planalto Norte (AMPLANORTE); 25ª e 26ª Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) de Mafra e de Canoinhas. Em 2009, é instalado o Território da Cidadania, Programa do Governo Federal de combate à pobreza e de promoção do seu desenvolvimento.

² Publicado originalmente em: MILANI, Maria Luiza. "Identidade sociocultural do planalto norte catarinense: uma realidade (in)visível". In: MILANI, Maria Luiza; NECKEL, Nádia Regina Maffi (Orgs.). Cultura: faces do desenvolvimento. Blumenau: Nova Letra, 2010, v. 01, p. 233-241

³ Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora e coordenadora do programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (UnC/SC). Email: mestrado@cni.unc.br.



movimento do Contestado? Para seu desenvolvimento, levantam-se hipóteses a partir de aspectos tais como: colonização do território (imigrantes europeus e orientais, migrantes do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo); movimento do Contestado; um terceiro aspecto refere-se às riquezas naturais que estimularam a colonização do Planalto Norte Catarinense⁴.

Os estudos sobre o Planalto Norte Catarinense vêm dando conta desses aspectos e da relação entre eles. No entanto, na sua identidade, o que é mais forte: o espírito manifestador, contestador, religioso e místico, que influenciou o movimento messiânico, ou o espírito desbravador, explorador, dominador, trabalhador, acumulador do (i)migrante, que enxergou nesse ambiente riqueza potencial para que lhes garantisse a sobrevivência e acumulação capital. Hábitos atuais, como catolicismo, festas, chimarrão, levam a presumir que, neste território, há presença de uma cultura mestiça. Praticam-se valores dos (i)migrantes e se identificam valores adquiridos em sua nova realidade social.

Por isso, esta reflexão tem como objetivo colocar em questão os elementos da identidade do território do Planalto Norte Catarinense. Para o seu desenvolvimento, recorre-se a bibliografias de autores locais-regionais, bem como, outros que fundamentam 14 anos de observações sobre este território. Espera-se, como resultado, despertar para os aspectos predominantes da realidade (in)visível que referencia esta identidade.

REALIDADE VISÍVEL

A noção de coletividade do homem e as necessidades humanas geraram os ciclos do desenvolvimento do Planalto Norte Catarinense, com determinantes que se estabeleceram pela “[...] história dos ciclos do desenvolvimento do capitalismo [...] e ciclos de urbanização, formação de núcleos urbanos, recriação de cidades, vilas, povoados, entrepostos, centrais comerciais, financeiros, urbano-industriais e outros” (IANNI, 1997, p 71).

A colonização e o desenvolvimento do território do Planalto Norte Catarinense é uma realidade que tem sua cultura formada pelos sujeitos que se instalaram nessa área, provenientes de diferentes destinos e movidos por diferentes interesses. Entende-se que uma “[...] realidade social é entendida como um conjunto ou totalidade de estruturas autônomas, que se influenciam reciprocamente” (KOSIK, 1976, p. 52).

Como organismo vivo, o Planalto Norte Catarinense se organizou pelo que nele foi se produzindo, seja em termos econômicos, sociais, políticos e culturais. Sua colonização se deu interessada na exploração das riquezas naturais, empenhada em perseguir o desenvolvimento econômico.

⁴ Dentre os diversos aspectos destacaram-se três que subsidiarão a reflexão. Os demais se referem ao movimento de imigração que colonizou o sul do Brasil, a tomada das terras dos índios, o caminho das tropas, entre outros.



A fertilidade do solo e a abundância de árvores como potencialidade econômica, atraiu (i)migrantes⁵ europeus; além de (i)migrantes de países de outros continentes: Estados Unidos, Japão, Síria, Líbano e de outros estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. Em particular, chegam a Canoinhas, italianos e alemães, e, a Itaiópolis, poloneses e ucranianos. Os portugueses e espanhóis já se encontravam no Brasil há mais tempo, desde quando houve a disputa por este território⁶. Também, chegam os sírios e libaneses. Estes (i)migrantes trouxeram suas particulares culturais e, pelo processo de socialização, formaram um território de certa mestiçagem cultural que perfila na atualidade do Planalto Norte Catarinense.

A riqueza em variedade e quantidade de florestas naturais oportunizou o desdobramento no processo produtivo e a geração de dois tipos de mercadorias: madeira serrada para construções e erva-mate para consumo em chimarrão e chá. Ambas as atividades baseadas no extrativismo, instalaram a industrialização no território. Este processo produtivo contribuiu para a fixação dos colonizadores em comunidades que foram se formando próximas às indústrias. Além dos donos dos meios de produção, trabalhadores assalariados também foram importantes na formação socioeconômica e cultural do Planalto Norte Catarinense.

As condições tecnológicas de transporte (rota dos tropeiros pela qual se transportavam mercadorias entre o Rio Grande do Sul e São Paulo) e produção existentes, que ofereciam apoio estratégico aos viajantes da época (final do século XIX e início do século XX), geraram um cenário característico no qual as madeiras e equipamentos para transformar a erva-mate foram predominantes para a urbanização (hoje, municípios de expressão no território) do Planalto Norte Catarinense envolvido com o episódio do Contestado. Essa realidade foi construída não sem eventos e fatores, encadeados e recíprocos, com ritmos que permitem, atualmente, presumir uma identidade sociocultural fortalecida na influência econômica.

Em outro aspecto, o movimento dos antepassados, baseado em valores e crenças, no espírito de conquista, de proteção e resistência à exploração, desencadeou o movimento do Contestado⁷. Tratou-se de luta sangrenta para preservar o território e sua cultura da interferência dos imigrantes e invasores das terras que já eram habitadas.

A disputa pelos limites entre Paraná e Santa Catarina, o messianismo dos monges, a luta contra a presença dos capitalistas, e pela expulsão dos índios que ainda viviam no

⁵ Os açorianos colonizaram o litoral catarinense e deixaram marcas fortes na linguagem, nomes, alimentação, rituais e festividades. Os alemães e italianos formaram colônias que são expressivos potenciais econômicos de Santa Catarina (Joinville, Blumenau, São Bento do Sul). Videira e Nova Trento são pólos produtivos e culturais com características italianas.

⁶ De acordo com Vicentino e Dorigo (2001, p. 220 a 241), com o Tratado de Tordesilhas, há divisão do território brasileiro entre os portugueses e espanhóis, mas estes aportam no Brasil desde o início de sua colonização pelos portugueses. Também franceses, ingleses e holandeses entraram no Brasil, mas ficaram mais no Nordeste (atual).

⁷ Neste texto aponta-se apenas breves aspectos do conflito do contestado, sem detalhamento historiográfico. O assunto pode ser aprofundado na leitura de autores como: CABRAL (1979), TOKARSKI (s/d), THOMÉ (1981 e 2004), AURAS (1995), QUEIROZ (1981), MAFRA (2008).



território, envolveu, neste processo, militares, proprietários, trabalhadores, empresários e políticos, além dos índios e caboclos.

Esse episódio que durou cerca de quatro anos (1912 a 1916) é referenciado por diferentes denominações: movimento, guerra, campanha. Independente da sua nomenclatura, seu resultado foi desastroso para os trabalhadores e pequenos proprietários. Mas, foi importante para a religiosidade que inseriu a imagem dos monges (João Maria de Agostini, João Maria de Jesus, José Maria). Atualmente, se encontram figuras desses monges ao lado de outros santos em casas de moradores.

Este conflito é citado entre os movimentos sociais importantes que movimentou dinheiro, militares e atingiu um território com cerca de 60 municípios nos dois estados.

Com o término dos confrontos pela assinatura do acordo dos limites entre Paraná e Santa Catarina, a rotina no território do conflito restabeleceu-se e os seus marcos foram desaparecendo. Aos poucos com o desenvolvimento das comunidades, esse conflito foi relegado em segundo plano. A produção da vida coletiva e a dinâmica dessa coletividade se preocupou mais com a exploração dos recursos naturais, para oferecê-los como mercadorias, que pudessem manter a vida produtiva e não os traços da manifestação dos contestadores.

Com o tempo e com as decisões políticas de seus moradores, este episódio histórico caiu no esquecimento. Recentemente e timidamente, foi desencadeada mobilização para a recuperação dos vestígios do conflito existentes, que pudessem evidenciar o território do Planalto Norte Catarinense, como espaço participante de uma história de lutas e confrontos. Foram nos últimos quinze anos, que a sociedade local-regional começa a se empenhar no resgate das simbologias históricas do contestado, capazes de representar seu patrimônio (i)material, necessários para retratar a identidade local-regional do Planalto Norte Catarinense, mais fiel aos fatos e acontecimentos que somados produzem um perfil identitário.

CULTURA(S) E IDENTIDADE(S)

A cultura “[...] é um estilo de vida próprio, um modo de vida particular, que todas as sociedades possuem e que caracteriza cada uma delas. Assim, os indivíduos que compartilham a mesma cultura apresentam o que se chama de identidade cultural” (OLIVEIRA, 2000, p. 135). Refere-se à artificialidade da vida humana (ARENDRT, 1999). Se traduz no modo de ser, produzir, consumir, fazer política, expressar-se na arquitetura, na rotina cotidiana, nos rituais que preserva e que se pratica em uma sociedade, os quais permitem reconhecer quem habita certo recorte territorial, pela sua identidade.

No passado, o mundo era constituído de realidades dos pequenos grupos, das comunidades com identidades identificáveis, com diferenças culturais explícitas, fáceis de referência. Atualmente, sobram poucas etnias puras, idiomas passam a ser universais para facilitar a comunicação, ritos e mitos são expostos instantânea e



simultaneamente ao seu acontecimento e assimilados entre os povos dos diversos continentes.

Nas sociedades ocidentais, a cultura, expressada pelos valores humano-sociais e econômicos, é influenciada há mais tempo pelo capitalismo, para o qual importa o capital. Por outro lado, atualmente se dá destaque a valores sociais que intercedem sobre a dignidade humana, renovando os valores culturais em termos de posicionamento humano na sociedade. Estes valores negam a submissão, a subalternidade e exclusão. Incentivam a participação social e política na construção de novos valores sociais, entre os quais do respeito à cultura que caracteriza um espaço territorial.

Neste sentido, para se conhecer e destacar a identidade de uma sociedade, em princípio leva-se em consideração os seus elementos culturais mais expressivos. É necessário o reconhecimento das experiências de vida dos sujeitos e o significado delas para eles. Também, devem ser percebidas para além das expressões folclóricas, artesanais e organizacionais dos sujeitos, apenas como representações identitárias de uma cultura.

Com isso, ressalta-se a importância da cultura regional, que vista sob a ótica da dinâmica cultural, não é uma manifestação estática, apenas traduzida por padrões tradicionais, mas sobre transformações para sobreviver diante das mudanças econômicas e sociais, só mantendo o que possibilita relações de significações como a concretude da realidade. (JACKS, 1998, p. 128).

Isto vem sendo sobreposto, pois o mundo contemporâneo, mundo da globalização econômica e da mundialização⁸, se tornou o mundo do grande mercado, destruindo fronteiras, limites. Sem pretensão de tornar o mundo mais coletivo, interessa abrir os espaços para a entrada e concentração do capital, que mudou e transformou o mundo do trabalho, da esfera do Estado e do campo da cultura.

Esse reconhecimento expressa que a cultura que existe e persiste em suas manifestações reproduzidas entre as gerações, com o advento da globalização econômica, se transmuta e se mestiza.

Neste processo, se promoveu realidades sociais sobre as quais, para se definir sua identidade sociocultural, é preciso reconstruir as suas trajetórias, levando-se em consideração que o “homem é o protagonista da história e, ao mesmo tempo, a história urde o seu elemento constitutivo. Os homens fazem a história, mas agindo assim, fazem-na a eles próprios, tornam-se os artesãos deles mesmos” (GRISONI e MAGGIONI, 1974, p 282). Desse modo, em cada território que os sujeitos passam a habitar, presume-se, que outras influências são adquiridas, efetivamente miscigenando seus valores e rituais. Nessa perspectiva, há eventos e fatos que são marcantes para cultura e outros apenas a perpassam.

⁸A mundialização (há os que chamam de globalização), se constitui de processo gestor das alterações culturais, juntamente ao processo de reestruturação capitalista, cria uma profusão de referenciais, os quais, muitas vezes tolem a criatividade e a autonomia dos sujeitos que pode estar impedindo a retenção do desenfreado mecanismo de pauperização que se torna mundializado.



Os agrupamentos sociais de heterogenia cultural são campos de múltiplas contradições, diversidades e discursos plurais, nos quais se opera a lógica do conflito, mas também da cooperação e da solidariedade, que permeiam as realidades sociais. A identidade é uma permanente construção/reconstrução política, mas também social, que pressupõe um movimento crítico do real, na busca do elemento analítico entre a identidade pessoal e a coletiva. “A identidade pessoal é um sistema de múltiplas identidades e encontra a sua riqueza na organização dinâmica dessa diversidade” (MOITA, 1992, p. 115).

Uma identidade, então, se refere ao elo entre o objetivo e o subjetivo (o eu e os outros, entre o social e o pessoal) e deveria articular dinamicamente as diferenças determinantes que interferem e interagem na vida dos sujeitos e deles para com sua realidade social. São, nas realidades sociais, vivendo o seu cotidiano, que se descarta ou se absorve o que aparece em termos de contribuição econômica, política ou cultural, para se perfilar uma identidade. No entanto, a sabedoria popular nem sempre aceita de imediato o estranho, as novas formas de mercado, do processo produtivo, da “cultuação” religiosa, das formas de relações sociais praticadas, especialmente quando é colocado em revisão seu sentimento de pertencimento. São dilemas para quem vive e dilemas para quem estuda as realidades sociais, pois isto constitui expressões identitárias (in)visíveis.

IDENTIDADE (IN)VISÍVEL

No Planalto Norte Catarinense não há uma etnia ou grupo de (i)migrantes predominante. Mas há grupos formados por ucranianos em Porto União; árabes em Três Barras; poloneses, alemães e italianos em Canoinhas; poloneses e ucranianos em Itaiópolis. Somados aos (i)migrantes, encontram-se os nativos: índios e negros.

Os grupos desenraizados de seus locais de origem, pelas circunstâncias econômicas, políticas, religiosas ou mesmo geográficas, formaram as comunidades relativamente numerosas no contexto em estudo, mesmo prevendo que sua cultura (idioma, gastronomia, regras da vida, crenças-valores, modos de produzir) não fosse mantida.

Era a identidade que refletia nações, limites, coisas do passado. No presente, suas representações são de uma sociedade industrial, da colonização, da urbanização, das forças dos mercados consumidores. Nessa perspectiva, tem-se como hipótese que, na identidade cultural possível do Planalto Norte Catarinense, se preservou o uso dos recursos naturais da terra, da caça e pesca, exploração da madeira e a erva-mate. Há crenças, os rituais carregam fortes traços místicos, mas esqueceu do espírito contestatório que estimulou um conflito pelos direitos à terra dos trabalhadores.

Entende-se, por fim, que uma cultura caracterizada pelas contradições construídas historicamente, a presença da igualdade e da diferença, do destaque a um viés hegemônico da produção e do desenvolvimento econômico, não acarreta isolamento de grupos, mas os faz diferentes quando há outros elementos culturais inseridos na sua cultura.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto do Planalto Norte Catarinense, apesar das pesquisas e publicações existentes, é um território com representações da sua realidade identitária ainda a serem desveladas (BRANDÃO, 2010)⁹. Por sua vez, a Universidade do Contestado, instituição de ensino, pesquisa e extensão, compromissada com o desenvolvimento regional e com a valorização da população que habita o Planalto Norte Catarinense, tem como desafio contínuo contribuir para o debate e análises que forneçam elementos científicos da sua identidade. “O debate sobre as opções do desenvolvimento exige hoje uma reflexão prévia sobre a cultura brasileira” (FURTADO, 1984, p.31).

Para conhecer uma realidade e nela sua identidade, a qual, ao mesmo tempo, mantém e transforma seu sentimento de pertencimento, é preciso desvelar os interferentes provenientes da miscigenação étnica, religiosa, filosófica e ideológica e os reflexos da globalização do mundo atual, que dão um traço plural à identidade. Em especial, sobre o recorte territorial em estudo será preciso investigar que influência efetivamente há na sua identidade sociocultural.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Eduardo José. *Guerras e revoluções brasileiras – O Contestado*. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- ARENDRT, Hannah. *Condição humana*. 9 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- CABRAL, Oswaldo R. *História de Santa Catarina*. 4 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.
- CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.
- FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- GRISONI, Dominique; MAGGIONI, Robert. *Ler Gramsci*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1974.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

Abstract: *The present work reflects on the (in)visible identity of the North Plateau of Santa Catarina, if they are originated in the moment of the colonization or in the Contestado movement. For the development of this reflection, I will use the work of local writers, as well the knowledge and the research of 14 years of observations on this territory. A culture, characterized by contradictions historically constructed, makes groups different when there are other cultural elements in their culture. To know a reality and its identity, that maintains and changes the feeling of belonging, it is necessary to reveal the interfering originated in the miscegenation (ethnic, religious, philosophical and ideological) that gives a plural characteristic to identity. That's why, on Contestado identity is more obvious the traces from the colonization process before Contestado war.*

Palavras-chave: *Sociocultural identity; Contestado.*

⁹ Carlos Brandão, em palestra proferida em 04/02/2010, sobre desenvolvimento regional.



RESENHA DE “AS FORMAS DO SILÊNCIO: NO MOVIMENTO DOS SENTIDOS”, ENI P. ORLANDI

Guilherme Augusto Marques Cardoso¹

Eni P. Orlandi, professora graduada em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara (1964), mestre em Linguística pela USP (1970), doutora em Linguística pela USP e pela Universidade de Paris/Vincennes (1976), é autora de diversas obras e, dentre estas, a que se apresenta nesta resenha: *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*.

O livro que atrai, não somente, pela proposta do título que atribui sentidos ao silêncio, é um exercício a sua composição. A autora discorre em suas páginas sobre dois pontos em que o silêncio é presente, não como ausência de sons, mas como algo que significa e que se distingue do implícito, que precisa do “dito” para colocar-se sob o sentido, sendo estes pontos: o silêncio “fundante” e o silêncio como política de censura.

Até este ponto, as propostas são de importantes reflexões teórico-filosóficas, pois apontam para como a forma matéria histórica, através dos aparelhos ideológicos do Estado, se esforça em sedimentar as possibilidades significantes. Esta tentativa cria um apagamento de ordem histórico-político que visa à perpetuação de um ponto de vista interessante, com licença poética, a uma pequena parcela da sociedade.

Ao “observar os modos de construção do imaginário necessário na produção dos sentidos”, a professora torna tangível que o primeiro silêncio é da ordem das palavras, o silêncio que funda e fundamenta o sentido das palavras, que nelas mesmas precisam de um espaço significante para significar, espaço este onde as relações significantes permitem um remontar ilusório, da ilusão do entendimento. Particularmente, e já contando com o perdão pelo devaneio, é possível considerar este conceito como um contraponto que supre a necessidade humana de início e fim. Este silêncio pode ser entendido como as diversas linhas significantes que quando se unem possibilitam o sentido, estas linhas podem ser consideradas quase infinitas ou finitas e irrecuperáveis, pois de fato não importa tanto onde começam, mas sim, como tem aquele(s) significado(s). Este silêncio permite, a ele próprio também, significar pela ausência, a isto é possível ao interlocutor a compreensão de que resposta alguma também é uma resposta e, assim sendo, é composta de relações de possibilidades significantes.

No desenvolver da obra são apresentadas as relações de políticas do silêncio em que a divisão desta exprime o silêncio como constitutivo e assim sendo, implica na exposição do que não é dito através do dito “o apagamento necessário que se faz as ‘outras’ palavras”. Esta relação do “poder dizer” expressa que tentamos apagar determinados sentidos em determinadas conjunturas. O texto aponta o “anti-implícito”,

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). E-mail: guilhermezzero@gmail.com.



como manifestação deste silêncio e a relação de “dizer ‘x’ para não (deixar) dizer ‘y’, este sendo o sentido a se descartar do dito”, como exemplo.

Já o silêncio como agente da censura diz respeito ao que não pode ser enunciado em determinadas circunstâncias dadas. Estas marcações são, de forma muito prazerosas para os entusiastas da música brasileira, apontadas como na reconstrução da história da censura no período da ditadura militar brasileira nas letras de Chico Buarque de Holanda, Gilberto Gil e tantos outros. Em especial a passagem e explicação do “Cálice” são viscerais para exacerbar o quanto a relação do silêncio é marcada historicamente, tanto em quantidade quanto em importância.

Desta forma, quando percebemos o silêncio nos esquivamos dele para enunciar, o que faz residir nele o poder dos significados muitos, da fluidez e do movimento, que o subtítulo do livro desenvolve poeticamente em suas linhas. Este conceito, conforme apontado, visa marcar a amplitude com que os sentidos são transgressores das regras, dos dicionários, e se mantém como marca da incompletude da língua e do sujeito. A autora, em certos parágrafos, carrega suas predileções como quando afirma que o silêncio é falta, ao ponto que a língua é excesso. Na segunda, reside a tentativa de contenção ao ponto que, no primeiro, o sentido está. Tudo isto vem para reforçar o aspecto não negativo do silêncio e de forma alguma como o colocar em função do não silêncio, este é por si só um aspecto discursivo e não um vazio teórico.

Sob a perspectiva discursiva, a conceituação e exemplos são marcados para possibilitar ao dispositivo analítico uma excelente ferramenta de análise, sendo que as marcas destes silêncios podem ser percebidas em acontecimentos discursivos em diversos recortes, ponderando aspectos de como é possível um determinado efeito de sentido e suas relações com seus interlocutores. Um excelente exemplar reflexivo sob as mais diversas camadas que permite a cada ser um significar.

REFERÊNCIA

ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 3. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.